

REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Eduardo do Nascimento



16ª SEMANA
NACIONAL DE
CIÊNCIA E
TECNOLOGIA
Bioeconomia, Diversidade e Riqueza para o
Desenvolvimento Sustentável



INSTITUTO
FEDERAL
Santa Catarina
Câmpus
Caçador



Ano 2020



REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Eduardo do Nascimento



16ª SEMANA
NACIONAL DE
CIÊNCIA E
TECNOLOGIA
Bioeconomia, Diversidade e Riqueza para o
Desenvolvimento Sustentável


**INSTITUTO
FEDERAL**
Santa Catarina
Câmpus
Caçador


Atena
Editora
Ano 2020


**PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL


CNPq

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^a Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^a Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^a Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Prof^a Dr^a Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Prof^a Dr^a Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^a Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof^a Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Rede Contestado de educação, ciência e tecnologia

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Karine de Lima Wisniewski
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Eduardo do Nascimento

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

R314 Rede Contestado de educação, ciência e tecnologia [recurso eletrônico] / Organizador Eduardo do Nascimento. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-244-9
DOI 10.22533/at.ed.449200308

1. Rede de Educação, Ciência e Tecnologia do Contestado.
2. Educação. 3. Ciência. 4. Tecnologia. I. Nascimento, Eduardo do.
CDD 370.981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

CONTESTADO TEMPO PASSADO, PRESENTE E FUTURO

Com os avanços da informatização e das redes de recursos externos, os territórios estão cada vez mais conectados. Com uma necessidade cada vez mais evidente de trabalho em rede e em conjunto, os pesquisadores e demais profissionais direcionam seus estudos e trabalhos para uma perspectiva cada vez mais unida e com fortes contribuições ao meio onde estão inseridos.

Nem sempre houve interesse em conectar as vivências do interior, a comunicação e seus processos tradicionais que se revelam essenciais à vida humana. De uns tempos para cá o interior ganhou voz e hoje se tecem diálogos, que nos parecem cada vez mais necessários, por intensificarem o acesso a práticas capazes de alterar as reduções das desigualdades em espaços antes nunca visitados sejam pelas iniciativas privadas ou públicas. No arcabouço geral da teoria da tríplice-hélice, um movimento que engrena governo, universidade e empresa, há um desenho essencial para compreensão desta formação de capital, especialmente social, no bojo de uma estrutura necessitada de acesso, considerando a sociedade como base do modelo.

Mais que o capital meramente gerado em torno de uma exploração de mão de obra, é preciso colocar no cerne da questão a sociedade. Esta, sendo uma das beneficiárias das práticas de interiorização. Há de se dizer, e parece não ser exagerada essa visão, que a interiorização da rede federal de educação, ciência e tecnologia, para educação profissional e tecnológica, corrobora com essa interpretação.

Iniciada nos idos dos anos 2007, a interiorização torna-se uma pauta desenvolvimentista pelo governo Lula, sendo dali em diante um estopim de processos expansionistas e de interiorização seja pelo ensino superior com o REUNI (programa de reestruturação universitária, ou pelos programas de expansão da rede federal). Antes o acesso às universidades e institutos federais, antes conhecidos como CEFETs, se dava apenas em grandes centros e especialmente os inseridos nas regiões litorâneas, temos que nesse instante, novos rumos são levados a instalar campus em regiões com potencial de desenvolvimento e com alto índice de desigualdades.

Diante dessa celeuma, nota-se que a região do contestado se enquadra nesse quesito, especialmente quando observados alguns números pertinentes. Estes números expressados pelos indicadores adotados pelo governo do estado em seu programa de redução de desigualdades em 2016, ajuda a entender essa preocupação com o desenvolvimento local da região contestada.

Nesta seara, ainda mais intensa e preocupante, são os indicadores de violência, baixa escolaridade e acessibilidade em Caçador e demais municípios pertencentes a região central do contestado. Nisto vê-se que o processo de exclusão e silenciamento iniciado ainda quando da guerra, não se encerrou. O capital regional se concentra em poucas mãos, os salários são baixos e a exploração da mão de obra continua a todo o vapor. Tudo

isso ainda com cara de meritocracia, quando os serviços básicos de assistência e saúde sequer são prestados em essência para a comunidade local.

Diante desta pobreza, inclusive cultural, remontam às necessidades de entender as desigualdades no contexto do Contestado. Essa lacuna mais que exacerbada diante destes documentos e estudos, revelam ainda que a falta de acesso não só na educação, reflete também na cultura e seus processos formativos de sociedade. Historicamente, os cinemas da cidade viraram lojas de departamento. Não há um teatro local adequado e público formado para consumir estes produtos. Os espaços para artistas e demais entusiastas são quase nulos. Um processo de resistência com o tempo e com a cidade se desenha quando deste acesso: inexistente, porém não nulo, pois as paredes e muros da cidade reverberam este pensar.

Essa observação corrobora com o contexto das propostas que se ensaiam e se concretizam desde 2018 o Contestado. Com a instalação de campi tanto do IFSC quanto do IFC, além de um da UFSC em Curitiba, revelam da importância do contestado para práticas de educação, e seus efeitos de extensão e pesquisa. No entanto, essas instituições até então não conversavam, nem se conheciam de forma efetiva. Assim, atividades em rede praticamente eram inexistentes.

Com os cortes que atingem a educação de forma sistemática este processo de fala e comunicação, também se encontrava defasada e até mesmo desanimada em razão das dificuldades orçamentárias em torno da questão. Em 2018, um grupo de entusiastas capitaneados pelos servidores Letissia Crestani, museóloga do museu do contestado, do professor Júlio Corrente, da área de história e então coordenador do museu e da Cristiane Dobner, assessora da secretaria de desenvolvimento econômico de Caçador, tomaram por decisão propor às agências de fomento um plano de eventos.

Esses servidores públicos, somados a este autor, submeteram ao CNPq um pedido de recursos públicos para eventos de popularização da ciência no edital da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT, em 2018. Naquela oportunidade o texto desenvolvido, trabalhou a perspectiva da redução das desigualdades com uma grande contextualização de um temário emergente regional. Diante daquela oportunidade se desenhou os eventos de 2018, 2019 e 2020, consolidando uma rede de parceiros que agora conversa e dialoga em prol do desenvolvimento científico e tecnológico regional, sendo mais uma frente de discussões e debates que as instituições de ensino puxam na região.

Já em 2019, o grupo toma corpo com pesquisadores de renome e de caminhada científica para contribuir com essa popularização da ciência no contestado. Eduardo do Nascimento, doutor em engenharia de materiais, assume o comando conectando ao saber da academia, já excelentemente construído por Letissia Crestani, e as necessidades populares com as ideias de uma rede de desenvolvimento sustentável, e com construções de espaços multifacetados que integram o saber acadêmico e as emergências sociais enxergadas no contestado.

Em 2020, a ideia de um congresso do contestado, um segundo congresso aliás, se alinha às realidades dos IFs do interior. Sem tantos eventos e reuniões de popularização

do saber, constrói-se uma segunda edição do evento. O primeiro realizado em junho de 2019, concentrou um viés histórico e geográfico onde se concentram muitos estudos do contestado, mas abriu para discutir o hoje, o que fazemos aqui o que construímos no território. Um congresso com ar de produção local, e com o ouvir e o dizer dos caboclos e entusiastas ainda remanescentes de um contestado ávido por oportunidades.

Quando construída a agenda da proposta em 2018, a ideia nasceu de um sentimento de abandono da administração municipal que até então manifestava e organizava as iniciativas em relação a semana do contestado em Caçador. Nesta oportunidade, houve um desinteresse pelas autoridades públicas para realizarem os eventos. Nisso a comunidade, manifestada por líderes de movimentos e encampando a bandeira cabocla, solicitou os recursos ao CNPq para transformar em ciência o saber e o conhecimento popular, vez que os estudos e pesquisas em torno do contestado são imensos.

Neste ambiente, a semana do contestado toma um formato popular, encabeçado pela Prefeitura de Caçador, Museu do Contestado e o Instituto Federal de Santa Catarina, campus Caçador. A municipalidade manifestada pela Câmara Municipal de Caçador, da qual tinha um papel de também auxiliar a chamar a Semana do Contestado, edita alteração legislativa da qual sai das responsáveis pela organização do evento.

Dessa forma o evento passa a ser um compromisso apenas da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, da qual disponibilizou a estrutura de servidores e espaços para a realização dos eventos em rede. Eram os primeiros sinais de uma construção coletiva popular para as atividades, mas também pela própria propositura de uma agenda de continuidade em torno de uma proposta de que os eventos em torno do contestado não deveriam por concentrar apenas na semana do contestado, um sentimento anterior também exarado em outras oportunidades, mas por todo o tempo como identidade local.

Com isso nasce a propositura da ação em que se congrega a temática: Semana do Contestado: Um Olhar Científico na História de um Povo. O município de Caçador, bem como os municípios de Irani, Lebon Régis, Calmon, Matos Costa, Curitiba, Campos Novos, Rio das Antas, Videira, Fraiburgo, Santa Cecília e Timbó Grande, são localizados no meio oeste catarinense e fazem parte da região do Contestado, região que historicamente foi palco de um conflito que quase dizimou a população e concentrou a riqueza na mão de poucos, por isso é uma das cidades mais pobres do estado. Donald Schuler, na obra Império Caboclo, destaca a importância do Contestado, em seu texto vê-se, mesmo que literário, revela a amplitude do conflito, como sendo mais importante do que a semana de arte moderna, dez anos mais tarde.

Aliado a esses fatores históricos, os investimentos públicos também privilegiavam as regiões litorâneas e demoraram muito na sua interiorização, deixando a região com décadas de atraso. A ciência, a chegada de tecnologias, arte e cultura, por exemplo, foram as mais sacrificadas nesse processo. Nesta celeuma, percebe-se que grande parte da população de Caçador é de famílias carentes que tem como principal fonte de renda o trabalho assalariado nas indústrias da cidade. Isso ainda não mudou, porém alguns aspectos culturais, especialmente pelas autoridades públicas se revelam.

Ainda em 2018, destacamos enquanto equipe proponente, que a grande maioria da população não só de Caçador, mas de todo o corredor do Contestado, não possui acesso à cultura, noções de ciência e tecnologia. A maioria nunca sequer assistiu uma peça teatral, ou visitou algum museu, ou ainda têm noção das tecnologias regionais, da ciência popular, de que é possível fomentar hortas comunitárias nas escolas, ou tantas outras possibilidades científicas simples para melhorar o dia-a-dia do cidadão, especialmente os mais carentes. Desta maneira, dar visão a estrutura social e com isso realizar a “Semana do Contestado: um olhar científico para a história de um povo”, é uma forma de democratizar o acesso à arte, a cultura, a ciência, a tecnologia levando entretenimento, informação e conhecimento para a comunidade.

Por isso, projetos permanentes que visem empoderar as pessoas da região mais pobre de Santa Catarina fazem-se necessários para que a comunidade possa se desenvolver nessas áreas. É evidente investir no protagonismo da comunidade em fomentar novos movimentos culturais, de pesquisa científica, de conhecimentos agroecológicos, de ciência para atividades populares, de noções de agronomia, de ervas medicinais, de modo democrático e aberta. Essas ações visam conceder a comunidade um poder em que se reconheçam como detentoras de saber, livrando-os de intempéries que as condições de risco, porventura, possam ocasionar, isto pela democratização do acesso à ciência e tecnologia, além é claro, da educação, cultura e arte.

Dessa forma, a proposta visou e contemplou a região do contestado com um evento de abrangência regional e até nacional pela amplitude que foi o conflito, pela memória do povo, pela propositura de uma agenda de reconhecimento e empoderamento regional de modo a oportunizar mais acesso e oportunidades aos jovens, estudantes e toda a comunidade regional, pela ciência e tecnologia.

Assim, na semana proposta, houve atividades como, fomento de banners sobre a história do contestado no museu da cidade, de modo a construir a primeira semana acadêmica do contestado em forma de seminário, que depois cresceu e virou um grandioso congresso, em que os acadêmicos compartilharam e debateram seus estudos sobre o tema, junto da comunidade. A arte possui um papel íntimo na proposta deste texto, vez que dialoga intimamente com a cultura e cientificidade do conhecimento popular como espaço na universidade, mas no caso em tela, do instituto federal e também dos espaços públicos de guarda da identidade e história local.

Desta monta, fomentar a produção de arte e cultura locais, de modo a contribuir no caráter científico regional, como o artesanato, as pessoas acabam encontrando mais que um “bico”, elas encontram uma prática que age na elevação da autoestima e da renda familiar. Com estas ações, além da perspectiva de atividades autônomas, o indivíduo pôde resgatar objetivos de vida profissional e pessoal, porque a partir da experiência que os participantes tiveram, houve um despertar e um aprimorar dos seus conhecimentos na área, a ampliar as suas atuais possibilidades. Mais que uma semana de conhecimento científico, foi um convite a revisitar a própria identidade do povo caboclo.

É importante ressaltar que a atividade buscou articular os conhecimentos e a

indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão nas áreas que foram demandadas pela comunidade do local e pelas possibilidades das instituições parceiras de atender a esses pedidos. As atividades tiveram forte caráter de extensão porque o evento foi realizado nas comunidades das regiões e cidades parceiras incluindo atividades em bairros chave, como o bairro Martello, o mais populoso do município de Caçador, cerca de 13 mil habitantes, segundo o Censo 2010, onde hoje se encontra em maioria o caboclo moderno.

Desta maneira, como a realização do evento, tivemos bastante êxito em estimular a divulgação científica das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas, visto que a história e o direito, por exemplo, foram bastante exacerbados durante este evento, através de publicações e afins. Vale salientar que o conhecimento de um contestado atual perpassa para o conhecimento aqui gerado, vez que as instituições locais geram ciência e aprendizado e mesmo com uma globalização e mais conectividade entre as pessoas, ainda é dificultosa essa partilha com estudantes e pesquisadores no interior.

Desta monta, o evento fomentado em que de fato houve a produção de arte e cultura locais, de modo a contribuir no caráter científico regional, como o artesanato, as pessoas acabam encontrando mais que um “bico”, elas encontram uma prática que age na elevação da autoestima e da renda familiar. Nessas ações, insta mencionar o laboratório de costura do IFSC, fora do câmpus, com a ideia maior de popularizar o acesso a formação e a ciência em comunidades carentes de Caçador.

Com estas ações, além da perspectiva de atividades autônomas, o indivíduo pode resgatar objetivos de vida profissional e pessoal, porque a partir da experiência que os participantes terão, poderão desejar aprimorar os seus conhecimentos na área ampliar as suas atuais possibilidades. Programas como mulheres sim, e formações de extensão enquanto receptivo às demandas dos gargalos sociais existentes, são muito essenciais para a redução de desigualdades no corredor.

Desta maneira, com o benefício financeiro do projeto, foi possível estimular a geração de conteúdos e o compartilhamento de experiências de divulgação e popularização da ciência, como ferramentas de ensino formal e não formal (material impresso, brinquedos educativos, experimentos, jogos, vídeos, softwares, aplicativos), especialmente no primeiro congresso nacional do contestado, realizado em junho de 2019.

Ainda no âmbito das instituições de ensino e de outros organismos científico-culturais, tal como as hortas comunitárias em escolas modelos da região, a limpeza de uma determinada região carente da cidade pela comunidade, conhecido regionalmente como “puxirão”, celebrando a importância e celebração regional dos aspectos científicos e populares, viabilizando uma horta e jardim sensorial com base no conhecimento caboclo local visando uma popularização e interiorização da ciência, também foram realizados.

Em 2019 não é exagero dizer que houve um dos maiores eventos de popularização da ciência no corredor do Contestado: o Primeiro Congresso do Contestado. Este evento construído entre as paredes do IFSC e do IFC, transbordou e foi para as comunidades como acesso e popularização da ciência. Construído durante um ano, o congresso sai

do comum cientificamente dizendo, e vai para uma realidade de Instituto Federal, com apresentação do método e das práticas de pesquisa para alunos de ensino médio, estes como protagonistas do fazer ciência.

O papel do IFC através de seu Núcleo de Estudos do Contestado, é exemplar. A agenda proposta pelo grupo se pauta e muito nas necessidades locais. Quando falo das dificuldades de dialogar entre as instituições o IFC nos ensina que pela extensão é um caminho exemplar a seguir. O IFC ajudou a desenhar não só o congresso do contestado, mas a IV Semana do Contestado de Caçador, transformando a ação em um evento de caráter regional e estadual, como objetivava os recursos da chamada. A UNOESC também possui um papel nesta popularização evidenciado pelo trabalho e companheirismos de membros da equipe que abraçaram a causa, junto da UFSC e tantas outras instituições parceiras dos eventos.

Mais uma semana do contestado se constrói com as pessoas, vez que como dito anteriormente, esse foi um importante passo para a reunião de pessoas em torno da comunidade. Em 2019, a temática foi de meio ambiente, e sua preservação, em que muitos ensinamentos e afins se pautaram a ponto de revisitar conhecimentos populares e demais estruturas necessárias da comunidade. Para 2020, havia ações em rede e sistêmicas, como ciclo de oficinas e atividades extramuros, porém devido a cenário da pandemia, todas essas ações restaram prejudicadas em continuidade. Muito mais que uma relação meramente acadêmica, essas oficinas certamente mexeriam com o imaginário e o conhecimento popular, conectando a ciência com as ações e práticas para redução das desigualdades.

Para onde rumamos na continuidade, para este pensar de redução de desigualdades no contestado? Certamente o interesse deve ser muito além do que uma mera agenda, e sim um convite a comunidade a expressar anseios e vontades. O IF, é uma escola, como qualquer outra, com a estrutura adequada para cursos e formação profissional e tecnológica. No entanto, é no âmago de suas propostas legais que residem esse encontro: o de fomentar ações e cursos capazes de desenharem uma estrutura que esteja em acordo com os anseios locais.

Tem sido uma missão dificultosa a de construir uma agenda nesse sentido no Contestado, mas não pensamos em desistir nesse momento. Buscar agregar aqueles que se identificam com a causa, e com as temáticas que reduzem desigualdades, é um importante passo a ser consolidado nas agendas de relações e contatos seja da administração e afins.

Como disse um autor, o contestado continua lá e aqui. Portanto é preciso olhar para essas incongruências históricas e construir a partir daí uma relação íntima com o desenvolvimento. Esse desenvolvimento está longe da visão gourmet de inovação ou desse desenvolvimento pelo capital. A partir daí se discute uma inovação social que remonta a necessidade de reconhecer saberes e competências e que dessa forma trata de gerar identidade àqueles desprovidos de capital e esperança.

Essa é a função dos IFs na redução das desigualdades, uma delas aliás. Dito isso devem se somar a essa luta todos aqueles que veem alguma coisa disforme na sua

comunidade e em si mesmo. Com isso fica o convite a reflexão de construir uma região, uma cidade, um bairro, uma comunidade em que estamos inseridos, e o papel transformador individual somado os grupos, revela uma máxima: juntos podemos.

O Contestado vive e nós, que vivemos nele, dele, sigamos juntos pela redução das desigualdades.

Este livro é uma coletânea de artigos científicos e relatos de projetos produzidos recentemente pelos pesquisadores das instituições públicas que formam a Rede de Educação, Ciência e Tecnologia do Contestado e colaboradores. Esta rede visa a ampla divulgação e popularização da ciência. Os textos deste livro entremeiam um debate interdisciplinar, de forma a reconfigurar narrativas sobre o espaço cultural, sócio-ambiental e histórico-geográfico do Contestado. A emergência destes estudos e ações, que trazem diversas linhas de abordagens dos processos que se configuraram neste território, são fundamentais para romper com a invisibilidade e o abandono da cultura cabocla. Os 21 capítulos proposto mostram o desenvolvimento regional das ciências aplicadas, da educação e das políticas públicas, sobretudo, enfatizam os aspectos culturais e conflitos que permeiam o Contestado. Por fim, este livro pretende atender a demanda por leituras sobre o contexto atual de pesquisa e extensão na região do Contestado. Agradeço imensamente pela sensibilidade da artista Maní e pela aquarela “Maria Rosa do Contestado” que ilustra a capa deste livro.

William Douglas Gomes Peres (IFSC/Caçador)

PREFÁCIO

Márcia Janete Espig
(UFPel/Pelotas)

Márcia Elisabete Schüler
(IFC/Videira)

O CONTESTADO VIVE! A FORMAÇÃO DE UMA NOVA IRMANDADE CABOCLA

O movimento do Contestado, guerra civil que incendiou um vasto território localizado entre os estados de Santa Catarina e Paraná, foi um acontecimento histórico sangrento, marcante, traumático. Traumático, sobretudo, para a população pobre que nele lutou, muitas vezes descrita como população cabocla. Quando falamos sobre os caboclos do Contestado, não nos referimos à cor de pele, a uma etnia ou a grupos humanos miscigenados, mas queremos significar o termo “caboclo” para a descrição de indivíduos que possuem um tronco cultural em comum. Mais do que um tipo físico, um tipo cultural. E no caso da região Contestada, pensamos o caboclo imerso em uma cultura de profunda devoção religiosa; de crença em São João Maria; de respeito pela natureza; de acolhimento; de fortes laços comunitários. Parte dos migrantes vindos de outras regiões do país, ou mesmo imigrantes, “acaboclarão-se”, ou seja, vivenciaram e tomaram para si esse modo de ser e de viver. Uma vida simples, mas bela em muitos de seus preceitos. Através desse modo de pensar, durante a Guerra uniram-se em fraternidade e comunidade, em torno da Santa Religião, onde todos eram “irmãos e irmãs” e onde “quem tem mói, e quem não tem mói também”. Naquele momento de conflito, essa forma de pensar o mundo não foi bem aceita por uma cultura elitista e urbana, tendo sido descrita de maneira preconceituosa através de jornais e outras narrativas.

Os primeiros julgamentos vieram logo após sua primeira reunião em Taquaruçu, junto ao Monge José Maria. O jornal Folha do Comércio, de Florianópolis, em setembro de 1912, considerava que a junção dos sertanejos seria produto de sua extrema “ignorância”, causada pela “falta de escolas” e “abandono”. Essa forma de pensar aparece em muitos periódicos, sendo os caboclos continuamente avaliados. Nesse primeiro momento, a principal acusação é a de ignorância ou, como diziam alguns, “falta de cultura”, ou inclusive “espíritos atrasados”.

Os epítetos preconceituosos permaneceram e se ampliaram à medida que a Guerra evoluiu. Aquele primeiro momento, de reunião e comunhão fraterna, evoluiu para uma postura de autodefesa, primeiramente na Batalha do Irani, e posteriormente nas Cidades Santas, que passaram a se organizar no final de 1913. Os ataques por parte das forças oficiais, constituídas pelas Forças Públicas do Paraná e de Santa Catarina, pelo Exército Nacional e por vaqueanos ligados aos coronéis da região, dizimaram mulheres, crianças e idosos, gerando a revolta dos caboclos, personagens historicamente espoliados pelo

sistema capitalista que se impunha.

A partir desses acontecimentos, e da reação às inúmeras violências sofridas, o sertanejo passou a ser avaliado mais duramente e os adjetivos passaram a ser mais cruéis. O mesmo jornal anteriormente citado, em dezembro de 1914 vai chamar os rebeldes de “bandidos” e “salteadores vulgares”. Aliás, “bandidos” e “jagunços” são dois dos termos mais comuns para descrevê-los, e repetem-se em inúmeras fontes históricas que falam sobre o Movimento. Além dos jornais, podemos citar livros escritos por militares que participaram da repressão e que usam termos semelhantes.

Para se ter uma ideia, o primeiro tenente Herculano Teixeira d’Assumpção, que chegou à região em 1915, afirmou que os moradores locais eram pouco trabalhadores, além de bárbaros, selvagens, bandidos, chegando a chamá-los de “monstros”. Em livro publicado em 1917, afirmou que ali vivia “[...] uma população numerosa, sem o mínimo resquício de sentimento humano...” O mesmo tom foi empregado em documentos produzidos no calor da hora, tais como Autos de Perguntas e Inquéritos realizados com rebeldes capturados ou que se apresentaram às forças legais. Nessa documentação, foram chamados de “tipos torpes, bandidos e gatunos”, bem como “vagabundos da pior espécie”. Termos semelhantes são encontrados em outros materiais, tais como relatórios ou partes de combates. Facínoras, jagunços, bandidos, alucinados, hediondos... Termos fortes e injustos, ao descrever uma população que estava a defender seu chão, sua família e sua cultura.

Por muito tempo, essa terminologia persistiu em boa parte dos livros produzidos sobre o Contestado. Até os dias de hoje, eventualmente encontramos obras que tratam os rebeldes por “jagunços” ou, o que é mais comum, por “fanáticos”. Dentro da maior parte das obras acadêmicas, contudo, esses termos não somente foram abandonados, mas também criticados. Hoje, não faz sentido tratar os caboclos ou sertanejos do Contestado por palavras elitistas ou arrogantes. Combater esse tipo de preconceito tem sido uma batalha travada por historiadores, sociólogos, antropólogos, geógrafos, folcloristas, agentes culturais, dentre outros estudiosos contemporâneos. A percepção atual acerca da legitimidade da luta sertaneja e sobre a riqueza cultural daquelas populações traz contornos positivos à memória e à identidade dos homens e mulheres, moradores atuais do ex território Contestado.

Com todas as arbitrariedades sofridas, não apenas no campo de batalha, mas também no campo simbólico, não causa estranheza que por muitas décadas o Contestado tenha sido um assunto tabu no próprio local que em que ocorreu. Logo após a destruição do reduto de Santa Maria, que geralmente assinala o final do movimento, houve na região aquilo que o pesquisador Maurício Vinhas de Queiroz chamou de “fase do açougue”. A expressão é autoexplicativa, e designa um momento em que a maior parte das forças militares se retirou, deixando a cargo de alguns piquetes o trabalho de “limpeza”, quando parte dos rebeldes restantes foram caçados e assassinados impiedosamente. Era necessário, então, para própria sobrevivência física, não falar sobre a Guerra, esconder-se, negar proximidades. Soma-se a isso toda a carga representada pelo uso de termos e expressões que analisamos mais acima: fanáticos, bandidos, jagunços... Esse

processo, em conjunto, causou um retraimento das memórias, das narrativas sobre as vivências, da fala sobre o trauma causado pela Guerra. Tudo isso deveria, forçosamente, ser reprimido no campo do pensamento. E assim viu-se o silenciamento do caboclo, a violência simbólica, o represamento das experiências vividas, a impossibilidade de falar sobre o passado. Mas essas memórias estavam lá, e calavam fundo. Em grupos íntimos, familiares, esse lembrar era possível, senão necessário. Em público, porém, jamais se assumir “jagunço”, não relembrar as cidades santas, nem a experiência de vida igualitária e comunitária.

Por décadas persistiu esse silenciamento na região. Aos poucos, porém, diferentes tipos de ações foram alterando esse quadro. Pesquisadores e estudiosos, interessados em historiar o período da Guerra, começaram a percorrer tais espaços. Além dos documentos escritos, buscavam os testemunhos orais, as falas, memórias e lembranças dos remanescentes do movimento, ou de seus descendentes. A esse interesse o caboclo respondeu ressabiado, por vezes preocupado. Afinal, não poderia ser esse pesquisador um sucedâneo daqueles que o alcunhavam bandido? Não seria também um representante daquela cultura elitista, preconceituosa, responsável por uma violência física e simbólica de tamanho difícil de ser mensurado?

Certamente esse não foi um processo fácil para os caboclos. Aos poucos, contudo, o interesse vindo de fora da região foi sendo percebido como legítimo, trazendo um lembrar sobre o passado. Em certo sentido, os pesquisadores reafirmavam aos remanescentes do conflito a importância de seu protagonismo durante a Guerra. Reafirmavam seus marcos identitários, desejavam saber sobre as Cidades Santas, se interessavam pelos personagens que lá viveram, valorizavam sua fé no Monge e na natureza. Esse movimento teve início pelas décadas de 1950 e 1960, e continua ativa até os dias de hoje. Se já não temos remanescentes vivos de uma guerra mais que centenária, temos seus descendentes, suas memórias familiares, indiretas mas não menos importantes. E a fé no Santo Monge, essa persiste, e se materializa em cruzeiros, capelas, águas santas, ermidas, cavernas, grutas... Continua a fascinar pesquisadores de variadas áreas de conhecimento, além de artistas, cineastas, dramaturgos, entre muitos outros.

Nesse processo de posituação da memória, o poder público também teve sua importância. Em nível estadual, nas décadas de 1980/1990 o governo catarinense passou a celebrar a riqueza da história contestada. Destacando o protagonismo dos caboclos, símbolo da “luta dos pequenos” frente a injustiças sociais e políticas, o estado estimulou estudos, publicações, vídeos, além da implantação de marcos e placas em locais significativos, tais como espaços onde ocorreram batalhas ou existiram Cidades Santas. Essas ações refletiram uma guinada do discurso oficial. Os homens e mulheres do Contestado passavam de bandidos a heróis, defensores do solo Contestado frente a forças espoliativas. Outra iniciativa importante foi a construção do Parque Temático do Contestado, em Irani, no local em que ocorreu a famosa Batalha. Embora o projeto inicial não tenha sido realizado em sua totalidade, serviu para promover a preservação daquele sítio, criando um local de memória educativo para as novas gerações. Em 2001, a bandeira

do Contestado foi reconhecida oficialmente pelo governo estadual como símbolo regional do Estado de Santa Catarina, podendo ser hasteada em eventos oficiais. No ano seguinte, outra lei instituiu a Semana do Contestado, a ser lembrada anualmente, entre os dias 20 e 27 de outubro.

Outros grupos sociais, mais ou menos na mesma época, também dedicavam atenção ao conflito e o transformavam em referência. Em 1986 a região de Taquaruçu recebeu a Primeira Romaria da Terra em Santa Catarina, ligada a diferentes grupos sociais, tais como as Comunidades Eclesiais de Base e as pastorais operárias. Diferentes símbolos e referências relacionadas ao Contestado passaram a ser apropriadas por diversos movimentos sociais contemporâneos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

Toda essa agitação, de reconstrução identitária, de positivação de memórias e de reposicionamento histórico dos personagens do Contestado não estaria completo se não houvesse um forte movimento interno, nas comunidades, entre as populações descendentes dos caboclos. Não temos aí um processo único ou combinado, mas diferentes processos ocorrendo em várias cidades que compõem hoje a região outrora contestada. E nesse ponto devemos lembrar a ação de homens e mulheres que, cada qual em sua comunidade, fizeram e ainda fazem a diferença ao promover a rememoração acerca do conflito por diferentes vias. São muitas experiências, várias delas ainda em movimento, em locais como Caçador, Lebon Régis, Fraiburgo, Calmon, Matos Costa...

Sendo impossível citar aqui todas esses experimentos e todos os agentes culturais envolvidos, pensamos homenagear a todos e todas na pessoa de um de seus precursores, o falecido folclorista Vicente Telles, um ativista que fez da sanfona sua arma e recompôs a história e a memória sobre o Contestado na região de Irani. Participou da idealização do Parque Temático do Irani, incentivou o ensino escolar e a rememoração através de dramatizações, declamações e música. Encheu os olhos e os corações em sua comunidade. Vemos hoje movimentos variados, cada qual com sua especificidade, mas que buscam, em cada local, objetivos semelhantes: o resgate da identidade cabocla, a positivação dessa identidade, e o repensar sobre as dolorosas memórias acerca da Guerra do Contestado.

Em meio a esse percurso, surge um importante evento, que dialogou não apenas com a produção acadêmica sobre o Contestado, mas também com as iniciativas de resgate cultural acima mencionadas. O Primeiro Congresso Nacional do Contestado, ocorrido em junho de 2019, teve lugar em Caçador e acolheu a comunidade local de maneira inédita.

Este evento foi possível graças ao trabalho comum e em rede, a partir do convite feito pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) para que o Instituto Federal Catarinense (IFC) participasse através de seu projeto de extensão Núcleo de Estudos do Contestado (NEC) da criação, construção e execução da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia onde teria lugar um evento acadêmico abordando a ciência para redução de desigualdades e tendo o Contestado como foco de debate.

Os Institutos Federais no Brasil surgem distribuídos em eixos congruentes às demandas regionais onde são implantados e são apoiados no tripé baseado em ensino,

extensão e pesquisa. Entre os anos de 2007 a 2012, várias unidades do IFSC e do IFC foram implantadas no Contestado Catarinense, em locais como Canoinhas, Videira, Caçador, Fraiburgo, Luzerna, dentre outros. O projeto de extensão NEC tem ações voltadas ao estudo da Guerra do Contestado, com atividades consolidadas desde 2013.

Quando o NEC aceitou arregaçar as mangas e compor a organização, começava a se formar novamente a irmandade no mundo caboclo, nele e a partir dele. Outras instituições, como a comunitária Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) foram chamadas e aceitaram o convite desafiador de trazer pela primeira vez um evento acadêmico deste porte para terras contestadas. Também o NEC ganhou fôlego com a introdução de novos membros externos que ajudaram e ajudam a solidificar aquilo que se lançou como proposta entre as instituições.

Muito se fala do Contestado fora de seu território e a conquista foi trazer pesquisadores importantes, estudantes de todos os níveis para apresentar trabalhos, debater e ouvir e ainda incorporar ao evento acadêmico as comunidades, líderes locais e pessoas envolvidas no resgate da cultura cabocla, na memória do Contestado.

Todos os que já tiveram a rica experiência de estar em meio ao povo caboclo do Contestado sabem sobre o espírito de irmandade e partilha que norteia a vida dessas pessoas. O fazer comunitário é traço fundante da cultura cabocla desde o modo de vida herdado das nações indígenas nativas, aos redutos de resistência durante a Guerra até a formulação e concretização deste Primeiro Congresso Nacional do Contestado, cujo resultado acadêmico podemos atestar nesta publicação, recheada de contribuições as mais diversas.

Foram 23 pesquisadores que produziram resultados, provocações, relatos de ações sobre o tema em mesas temáticas, 79 trabalhos acadêmicos inscritos para avaliação e público de 1200 pessoas circulando pelo congresso. Colaboraram com o mesmo vinte instituições nacionais, além de pesquisador internacional vinculado à ONU.

A presente obra é um dos muitos frutos decorrentes desse memorável encontro. Dos artigos aqui publicados, 15 foram apresentados no congresso, e os demais 6 trabalhos surgem a partir da rede de relações acadêmicas então constituídas ou reforçadas.

Sotaques e gentes de vários rincões se achegaram ao evento, interessadas em nossa história, o que demonstra que o Contestado é maior que nós mesmos... O Contestado vive.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| BANDA CABOCLOS REBELDES: A IDENTIDADE DO CONTESTADO EM CONCERTO | |
| Eduardo do Nascimento | |
| DOI 10.22533/at.ed.4492003081 | |
| CAPÍTULO 2 | 9 |
| MEMÓRIA DO COMBATE DE RIO DAS ANTAS: DESCOBRINDO VESTÍGIOS SOBRE A TRINCHEIRA DOS COLONOS | |
| Márcia Janete Espig | |
| Gerson Witte | |
| DOI 10.22533/at.ed.4492003082 | |
| CAPÍTULO 3 | 21 |
| A GUERRA DO CONTESTADO E A LEI DE TERRAS IMPERIAL: UM ESTUDO DE CASO DA FAZENDA FIGUEIREDO (LAGES, 1855-1917) | |
| Flávia Paula Darossi | |
| DOI 10.22533/at.ed.4492003083 | |
| CAPÍTULO 4 | 34 |
| CONTENDAS ENTRE CATOLICISMO POPULAR E CATOLICISMO ORTODOXO NO CONTESTADO | |
| Cleber Duarte Coelho | |
| DOI 10.22533/at.ed.4492003084 | |
| CAPÍTULO 5 | 49 |
| A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NA CIDADE DE CAÇADOR | |
| Andrea Alves Cavalet | |
| Hillevi Maribel Haymussi | |
| DOI 10.22533/at.ed.4492003085 | |
| CAPÍTULO 6 | 59 |
| DINÂMICA TERRITORIAL NO CONTESTADO: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE PARANÁ E SANTA CATARINA | |
| Diane Daniela Gemelli | |
| Silas Rafael da Fonseca | |
| DOI 10.22533/at.ed.4492003086 | |
| CAPÍTULO 7 | 69 |
| DEZ ANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA EM CURITIBANOS | |
| Cristhiane Martins Lima Kreusch | |
| Renata Marafon | |
| DOI 10.22533/at.ed.4492003087 | |
| CAPÍTULO 8 | 81 |
| A CONTRIBUIÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE RIO DO PEIXE PARA A PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA E MEMÓRIA DA GUERRA DO CONTESTADO | |
| Marcia Garbin | |
| Mariana Di Domenico | |
| Bianca De Bortoli | |
| Amanda Zago | |
| Juliana Aparecida Biasi | |
| DOI 10.22533/at.ed.4492003088 | |

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 9 | 91 |
| COTIDIANO E MOVIMENTO OPERÁRIO EM RIO NEGRINHO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA REGIÃO DE FRONTEIRA COM O CONTESTADO - (1919-1982) | |
| Fernando Henrique de Almeida | |
| DOI 10.22533/at.ed.4492003089 | |
| CAPÍTULO 10 | 102 |
| MEMÓRIAS DO CONTESTADO EM SALA DE AULA: UMA EXPERIÊNCIA COM O 1º ANO DO ENSINO MÉDIO | |
| Gerson Luiz Buczenko | |
| DOI 10.22533/at.ed.44920030810 | |
| CAPÍTULO 11 | 109 |
| EXTENSÃO COMO ANIMAÇÃO DE PROCESSOS SOCIAIS: A EXPERIÊNCIA COM O ARTESANATO NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS-SC | |
| Cleber José Bosetti | |
| Zilma Isabel Peixer | |
| Juliana Golin Krammes | |
| DOI 10.22533/at.ed.44920030811 | |
| CAPÍTULO 12 | 119 |
| PROPRIEDADES TOMADAS, PROPRIEDADES INCENDIADAS, VIDAS APAGADAS! | |
| Viviani Poyer | |
| DOI 10.22533/at.ed.44920030812 | |
| CAPÍTULO 13 | 130 |
| A RESISTÊNCIA, O SINCRETISMO RELIGIOSO E O PAPEL DE SALVAGUARDA DA MEMÓRIA DO CONTESTADO NAS BENZEDEIRAS DA REGIÃO DO CONTESTADO NO SÉCULO XXI (2000-2018) | |
| Flávia Rhafaela Pereira | |
| Silvio dos Santos | |
| DOI 10.22533/at.ed.44920030813 | |
| CAPÍTULO 14 | 142 |
| SÍNTESE VERDE DE NANOPARTÍCULAS DE PRATA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA | |
| William Gustavo Sganzerla | |
| Ana Letícia Andrade Ferreira | |
| Cleonice Gonçalves da Rosa | |
| Ana Paula de Lima Veeck | |
| Michael Ramos Nunes | |
| DOI 10.22533/at.ed.44920030814 | |
| CAPÍTULO 15 | 156 |
| ENTRE REPETIÇÕES, CONSENSOS E CONTRASENSO: UMA POSSÍVEL TRAJETÓRIA DE JOSÉ MARIA ATRAVÉS DA HISTORIOGRAFIA SOBRE A GUERRA DO CONTESTADO (? – 1912) | |
| Gabriel Carvalho Kunrath | |
| DOI 10.22533/at.ed.44920030815 | |
| CAPÍTULO 16 | 166 |
| NAS ENTRELINHAS DO PROCESSO JUDICIAL: O ASSALTO AO TREM PAGADOR | |
| João Felipe Alves de Morais | |
| DOI 10.22533/at.ed.44920030816 | |

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 17 | 176 |
| TABULEIRO DA ORTOGRAFIA: ESTRATÉGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM POR MEIO DE JOGO EDUCATIVO PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA | |
| David Ferreira Severo | |
| Bianca Gonçalves Sousa de Moraes | |
| Diogo Moreno Pereira Carvalho | |
| Marta Ferreira da Silva Severo | |
| Patricia Frangelli Bugallo Lopes do Nascimento | |
| DOI 10.22533/at.ed.44920030817 | |
| CAPÍTULO 18 | 189 |
| GUERRA, FOME E GENOCÍDIO: A SECA DA TAQUARA E O EXÉRCITO NO ENCALÇO DOS CABOCLOS DA REGIÃO DO CONTESTADO (1910-1923) | |
| Delmir José Valentini | |
| DOI 10.22533/at.ed.44920030818 | |
| CAPÍTULO 19 | 213 |
| A CARTOGRAFIA NA FRONTEIRA SUL DO BRASIL: RIO BRANCO E OS LIMITES ENTRE BRASIL E ARGENTINA (1889-1895) | |
| Michel Felipe Moraes Mesalira | |
| DOI 10.22533/at.ed.44920030819 | |
| CAPÍTULO 20 | 225 |
| O LEGADO DE UM CONFLITO: A HERANÇA DO CONTESTADO PARA A REGIÃO MEIO OESTE CATARINENSE | |
| Tatiana Bruna Fabian | |
| Tulainy Parisotto | |
| DOI 10.22533/at.ed.44920030820 | |
| CAPÍTULO 21 | 236 |
| O PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO DE SÃO JOÃO MARIA EM SÃO MATEUS DO SUL/PR | |
| Alcimara Aparecida Föetsch | |
| Mário Sérgio Deina | |
| DOI 10.22533/at.ed.44920030821 | |
| CAPÍTULO 22 | 252 |
| A REVOLTA DO CONTESTADO E O PASSADO QUE NÃO PASSA: NACIONALISMO, ABJEÇÃO E CONTEMPORANEIDADE | |
| Lucas Emmanoel Cardoso de Oliveira | |
| DOI 10.22533/at.ed.44920030822 | |
| SOBRE O ORGANIZADOR | 262 |

GUERRA, FOME E GENOCÍDIO: A SECA DA TAQUARA E O EXÉRCITO NO ENCALÇO DOS CABOCLOS DA REGIÃO DO CONTESTADO (1910-1923)

Delmir José Valentini
(UFFS/Chapecó)

1 | INTRODUÇÃO

A Guerra na Região do Contestado foi antecedida por mudanças abruptas, principalmente no campo econômico. A inauguração da Ferrovia São Paulo-Rio Grande, em dezembro de 1910, consolidou a chegada do capital internacional na Região e, ainda, o início das atividades madeireiras e colonizadoras pela *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*. No ano seguinte, um edital publicado pela Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, no jornal “O Palmense”, alertava os moradores:

Este faz saber que é expressamente proibido invadir ou ocupar os terrenos pertencentes à Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, situados em ambas as margens do Rio do Peixe e em outras localidades onde, por concessão estatal, a Companhia da Estrada de Ferro possui terras que já foram ou estão sendo medidas e demarcadas por ela. (...) Fazendo ciente aos que nela trabalharem ou se estabelecerem, que procederá judicialmente contra os invasores, tornando-os responsáveis por perdas e danos. E para que ninguém alegue ignorância, mandou fazer o presente que será fixado nos lugares mais públicos e publicado pela imprensa. Para informações concernentes a terras para venda pela companhia da Estrada de Ferro, dirija-se a (...) Coronel Henrique Rupp – Inspetor, Campos Novos, Santa Catarina. Francis E. Cole – Comissário de Terras, Curitiba – Paraná (O PALMENSE *apud* BERNARDET, 1979, p. 51-52).

Muitos moradores já estavam estabelecidos nas terras próximas ao Rio do Peixe, de longa data, e viviam na condição de posseiros. Para o historiador Oswaldo Rodrigues Cabral, a concessão feita à Ferrovia São Paulo-Rio Grande foi a causa do desalojamento dos moradores das terras devolutas: “O Caboclo da região, valente, embora humilde, foi ainda vítima de mais uma injustiça. Sobre o Vale do Rio do Peixe, em terras devolutas, instalara, aqui e além, o seu rancho, a sua pequena roça. Vivia rudimentarmente, esquecido no meio do mato. Lembraram-se dele, entretanto, para expulsá-lo das terras que ocupara” (CABRAL, 1960).

Num relatório da Companhia Lumber, estava evidenciado que o projeto de extração madeireira e de colonização na Região do Contestado enfrentaria dificuldades, mesmo depois do acerto dos limites interestaduais: “Esta propriedade sempre teve intrusos na mesma (...). Muitos destes intrusos foram nascidos e criados na propriedade assim como seus pais, e para fazê-los se retirar agora encontraríamos grandes dificuldades”. (Relatório da *Southern Brazil Lumber & Colonization Company* ao presidente da *Brazil Railway Company* de abril de 1917).

Mesmo antes da chegada da ferrovia na Região do Contestado, não se pode afirmar que a situação era tranquila. Segundo Duglas Teixeira Monteiro (1974, p. 43-49), no mundo

rústico do sertanejo, existia a “violência costumeira” era componente das duras condições de vida impostas por “obra do destino”, pelas questões de honra, pelas questões políticas e pela violência relacionada a questões de terra. Própria do mundo rústico, a inexistência de escolas, de igrejas, de hospitais ou de delegacias relegava a resolução dos conflitos à constituição dos grupos protegidos e a serviço dos coronéis. Com o capital internacional, chegou a “violência inovadora” que provocou mudança nos costumes e nos modos de encarar a vida e de se resolver as pendengas.

Monteiro apontou traços dessa violência inovadora nas atividades da construção da ferrovia, exemplificando a chegada de levas de homens de diversas capitais brasileiras, “recrutados mais ou menos à força”. Novas relações de trabalho foram estabelecidas e os conflitos passaram a ser resolvidos pelo “corpo de segurança particular” das empresas que aqui se estabeleceram. A Região, já carregada de tensões, contou com novos e diferentes componentes:

O estabelecimento da *Brazil Railway*, como também, da *Southern Lumber* na área faz com que surjam modalidades novas de controle, de violência e de repressão. Se ambas dispunham de polícia própria, distinguia-se esta dos bandos tradicionais de capangas por estar a serviço de interesses econômicos anônimos e não à disposição dos interesses pessoais de determinados “coronéis” (MONTEIRO, 1974, p. 44).

Nas áreas de concessão das empresas advindas com a ferrovia, posseiros foram expulsos pelos grupos particulares de segurança e muitos transformados em “intrusos”, dando “origem a uma numerosa massa marginalizada, criando um clima de incerteza, inclusive entre pequenos proprietários e fazendeiros médios”. (*Ibid.*, p. 45).

Os primeiros despejos, segundo Vinhas de Queiroz, ocorreram no ano de 1911: “Contra os posseiros que se recusavam a retirar-se dessas extensões, Achilles Stengel enviava o Corpo de Segurança da empresa, composto então de 200 homens” (VINHAS DE QUEIROZ, 1981, p.73).

Além dos primeiros despejos, o ano de 1911 também ficou marcado pela seca da taquara, um flagelo natural que piorou o quadro de carestia e que agravou a crise. Tais fatos reforçam a afirmação de Donald Schüller de que a Guerra do Contestado “foi um massacre do poder econômico contra camponeses espoliados e desassistidos”. (SCHÜLLER, 1996, *Jornal o Contestado*).

Com a seca da taquara a miséria foi aguda. A falta do milho, devorado pelos ratos, dos pinhões, pela derrubada dos pinheiros e pelos despejos das terras onde viviam, o quadro dos “errantes do novo século” foi perambular pelos sertões e buscar em José Maria a esperança de um tempo de Justiça e de felicidade na imaginação e na criação das cidades santas, ambiente místico, esse que confortava os atribulados sertanejos da Região do Contestado.

Deste modo, o início da Guerra do Contestado ocorre a partir da aglomeração em torno de José Maria, que acolheu um grupo de moradores no interior do Município de

Curitibanos, acabou envolvido nas disputas políticas entre os coronéis de Curitibanos e Campos Novos e depois de ameaçado pelas forças de Segurança do Estado de Santa Catarina, acompanhado de um grupo de seguidores, atravessou o Rio do Peixe e foi para o Irani, onde foi atacado pelo Regimento de Segurança do Estado do Paraná. Após a morte de José Maria neste primeiro combate, restaram aos sertanejos o desgosto pela tragédia, as armas abandonadas pelos soldados e a crença de que José Maria iria ressuscitar.

Os moradores da Região do Contestado, iniciaram em 1910 uma década atribulada, um quadro de “complexas variantes”, assim denominado por Celso Martins (2007), referindo-se ao cenário após o Combate do Irani. Os sobreviventes enterraram seus mortos e principiaram a dispersar-se pela Região. Os que ainda tinham onde morar, voltaram para os ranchos: “Empregados da estrada de ferro à margem do Rio do Peixe, informaram que diversos sobreviventes do combate do Irani passaram para Santa Catarina, conduzindo amigos e parentes feridos, alguns em estado grave” (VINHAS DE QUEIROZ, 1981, p. 105).

Quase um ano após este primeiro combate houve um reencontro dos sertanejos nos redutos ou nas cidades santas. Tudo reiniciou quando Eusébio Ferreira dos Santos, lavrador de Perdizes Grandes, que esteve com José Maria antes da partida para o Irani, convocou os vizinhos para o retorno à cidade santa de Taquaruçu. As notícias do combate, da morte e do presságio da ressurreição de José Maria chegaram até ali e foram acolhidas com veneração. Não apenas Eusébio, mas também Manoel Alves de Assunção Rocha cultivavam obstinada devoção a José Maria.

Teodora, uma neta de Eusébio, menina órfã de mãe, teve as suas primeiras visões: afirmou que José Maria conversou com ela. A notícia espalhou-se logo e muitos acorreram até a casa de Eusébio, buscando remédios e novidades. Sobre as visões de Teodora, ninguém duvidou: as ordens que a menina transmitia passaram a ser cegamente obedecidas.

No segundo semestre de 1913, chegou Eusébio com a família, e alguns gêneros de primeira necessidade, a Taquaruçu. Acampou em um galpão de Francisco Paes de Farias, onde aguardariam a ressurreição de José Maria. Em poucos dias, o arranchamento feito próximo à casa de Francisco ganhou ares de vilarejo, aumentando, dia após dia, o número de habitantes. Uma semana depois da chegada, segundo Vinhas de Queiroz, encontravam-se no local mais de 300 pessoas. Estava ressurgindo a “*cidade santa de Taquaruçu*” (VINHAS DE QUEIROZ, 1981, p. 125).

Taquaruçu tornou-se a cidade santa, sendo instituída ali uma série de normas que iriam reger a vida dos sertanejos nos redutos: normas que se modificaram com o passar do tempo, entre outras, a que identificava como irmão quem raspasse a cabeça e andasse com fita branca no chapéu.

Foram instituídas as “Formas e o Quadro Santo”, a partilha dos bens entre os irmãos e a obediência ao representante de José Maria. Com quatro cruzeiras erigidas nos cantos, as procissões percorriam todo o terreiro e paravam na frente de cada cruz para recitar orações e dar vivas aos santos e a “São João Maria”. As formas eram os momentos de orações matutinas, vespertinas e noturnas. Recriaram-se os “Pares de França” (denominação

inspirada nas leituras das histórias fantásticas do Rei Carlos Magno) para prestarem auxílio nas solenidades das *formas*. As atribuições dos *Pares de França* se modificariam a partir de Caraguatá, a princípio, intermediários entre videntes e os demais. Cumpriam, de início, um papel religioso. Nas *formas*, além do encontro místico, era o momento de repassar as ordens que vinham de José Maria.

A cidade santa de Taquaruçu ganhou adeptos de todos os lados, desde posseiros, lavradores, ex-trabalhadores das empresas que haviam se instalado na região e até pequenos e médios proprietários. Segundo Duglas Teixeira Monteiro, o território conflagrado abrangeu uma área entre 25 e 28.000 km² e mais de 20.000 sertanejos que viviam na região. Os sertanejos que estiveram nas cidades santas conviveram em grupos estimados de 300 até 5.000 habitantes (MONTEIRO, 1974).

Foi no Reduto de Taquaruçu que começaram os confrontos entre os sertanejos e as forças oficiais. Em dezembro de 1913, ocorreu o primeiro choque entre a Força Pública catarinense e os sertanejos, entretanto, no dia 08 de fevereiro de 1913, o Exército brasileiro, com um efetivo de aproximadamente 700 soldados, bombardeou e arrasou a cidade santa de Taquaruçu. O médico do Exército assim descreveu a cena:

O estrago da artilharia sobre o povoado de Taquaruçu era tremendo: grande número de cadáveres, calculados por uns em 40 e por outros em 90 e tantos; pernas, braços, cabeças, animais mortos, bois, cavalos, juncavam o chão; casas queimadas ruíam por toda a parte. Fazia pavor e pena o espetáculo que então se desdobrava aos olhos do espectador: pavor dos destroços humanos; pena das mulheres e crianças que jaziam inertes por todos os cantos do reduto (CERQUEIRA, 1936, p. 20-21).

Antes da destruição do Reduto de Taquaruçu, os sertanejos já haviam erigido Caraguatá. Não cabe aqui descrever todas as cidades santas por onde estiveram os sertanejos entre 1912 e 1915. Entre aqueles que a História destacou os maiores registros estão em Taquaruçu, Caraguatá, Bom Sossego, Caçador, Santa Maria, São Miguel e São Pedro. Por vezes, com denominações diferentes para o mesmo local, alguns menores, chegaram a ser apenas guardas avançadas.

Observa-se que os líderes do movimento sertanejo passaram por mudanças no decorrer dos acontecimentos. No início, habilidades religiosas garantiam a ascensão sobre os demais; porém, na etapa final, características belicosas garantiam o comando e os rumos do movimento. A organização dos Pares de França também sofreu modificações com o passar do tempo, principalmente no que diz respeito à tarefa que competia aos seus integrantes. Nos primeiros tempos, desempenhavam atividades ligadas mais à organização religiosa das *formas*. Quando Venuto Baiano se tornou Comandante de Briga, substituiu os Pares de França existentes por exímios esgrimistas. Os Pares de França passaram a ser 24 sertanejos, escolhidos entre os mais ágeis no manejo do facão, e mais um tamboreiro que rufava o seu instrumento, para encorajar os combatentes. Em depoimento de João Maria de Góis, um dos remanescentes da Guerra do Contestado que foi tamboreiro dos pares de França, “os Pares de França eram homens escolhidos, de talento, de frente, bem

armados iam avançando”.

Para se protegerem das armas inimigas, carregavam sempre consigo, nas “gibeiras”, orações que acreditavam ser poderosas para fechar o corpo. A princípio, estavam a serviço da virgem, compondo a guarda de honra e auxiliando nas *formas*. De Caraguatá em diante, estavam a serviço do comandante geral. Além de participarem efetivamente nos momentos decisivos dos combates, obedeciam às ordens, aterrorizando os vacilantes e os inimigos do comandante. Assim o sonho da convivência fraterna, com o passar do tempo, transformou-se em pesadelo. Os ataques das forças oficiais espalharam o constante medo e a morte nos redutos, que eram destruídos e queimados, após serem tomados. O aumento do número de pessoas nos redutos escasseava os alimentos; seguiam-se a fome, a miséria e as doenças. Não bastasse, nos últimos redutos, sob o comando de Adeodato, foi proibida a saída dos sertanejos. A pena capital passou a ser fato corriqueiro no cotidiano dos redutos, até lamentações e choros foram proibidos.

O auge do conflito ocorreu com a destruição do Reduto de Santa Maria, onde o Exército brasileiro encerrou a sua “campanha” e a etapa final foi marcada pela participação decisiva dos vaqueanos, muitos dos quais antigos moradores das cidades santas. Santa Maria chegou a reunir, de uma só vez, aproximadamente 5.000 habitantes. Na transferência do reduto-mor de Caçador para Santa Maria, o primeiro não foi abandonado: “Dali até Santa Maria estendiam-se nove quilômetros de estrada que aos poucos foi sendo ladeada de casas, formando um casario quase ininterrupto” (VINHAS DE QUEIROZ, 1981, p. 240). Desta forma, Caçador transformou-se em uma guarda que protegia a entrada do Vale de Santa Maria. Além dos famosos piquetes que partiam em busca de comida, de armamento e até de pessoas para engrossar as fileiras de participante das cidades santas, existiam as guardas que protegiam dos ataques oficiais ou, na pior hipótese, protelavam o avanço e davam o tempo suficiente para as pessoas se dispersarem pelas matas até a formação de uma nova cidade santa.

Em 08 de fevereiro de 1915, marcharam três batalhões reforçados por duas seções de metralhadoras sobre o Reduto de Santa Maria. A guarda que o defendia, liderada por Adeodato e Olegário Ramos, com 100 homens entrincheirados em um desfiladeiro, conseguiu segurar todo o efetivo oficial: “O combate durou o dia inteiro, sem que a guarda tivesse sido tomada” (*Ibid.*, p. 255).

O pesadelo também bateu nas tropas oficiais, e os comandantes são unânimes em narrar as dificuldades da luta contra os sertanejos que usavam de “artimanhas” na luta, estratégias que o próprio Exército desconhecia e que de nada adiantava a superioridade bélica. O Tenente Assumpção declara que “a facilidade com que os jagunços manejavam o facão superava em muito a dificuldade com que a carga da baioneta era dada dentro da mata, onde o manejo da carabina é dificultado pelo seu comprimento” (D’ASSUMPÇÃO, 1917, v. 1).

Para o General Setembrino, as táticas de luta dos sertanejos não ensinavam as forças oficiais preparadas para a “Campanha Clássica” ou para a “Grande Guerra”, no entanto advertia, ao apontar as falhas, “mostrando-nos com sinceridade nua dos fatos, que precisamos melhorar intelectualmente, moralmente, praticamente”. O General segue

detalhando que os sertanejos tiravam vantagem das emboscadas, visto que se escondiam em posições “inteligentemente escolhidas nas estradas que conduzem aos redutos, e procuram mantê-las com o máximo vigor”: “estavam trepados em árvores, ocultos pelas folhagem, caçando à vontade” e no chão são bons esgrimistas de facão, exímios no aproveitarem, como defesa, os acidentes do solo” (CARVALHO, 1916).

E neste cenário de lutas, onde cada cidade santa desbaratada custava muitas vidas de lado a lado que, em abril de 1915, aconteceram os maiores confrontos da Guerra do Contestado entre o Exército brasileiro e os sertanejos protegidos pelas matas, pelas serras e pelos vales acidentados do Reduto de Santa Maria.

Após renhidos combates, as artimanhas e as táticas de luta dos sertanejos foram vencidas pelas armas do fogo. Desbaratada a resistência cabocla, o reduto de Santa Maria virou cinzas. Os militares venceram a campanha e assim ficou registrada a queda da maior cidade santa da Guerra do Contestado:

O número de jagunços mortos que foi possível contar se eleva a 600... Relata que as mulheres também foram mortas e não fala nas crianças. Garante que os redutos de Caçador e Santa Maria estão extintos e conclui que: “não posso garantir que todos os bandidos que infestam o Contestado tenham desaparecido, mas a missão confiada ao Exército, cujo desempenho dependia do assalto ao Reduto de Santa Maria, está cumprida (CARVALHO, 1916).

Os soldados do Exército rumaram para a Estação do Rio Caçador e retornaram aos quartéis. Os sertanejos, liderados por Adeodato, ainda erigiram os Redutos de São Miguel e São Pedro. Ambos foram destruídos, bastando a participação das forças estaduais e dos vaqueanos, muitos dos quais eram antigos moradores das cidades santas.

Manoel Martins, antigo morador da cidade santa de São Pedro, contou que nos dias 17, 18 e 19 de dezembro de 1915, as Forças Públicas e os vaqueanos atacaram o Reduto, estabelecido no exato local onde hoje é a cidade de Timbó Grande, Santa Catarina, no momento das orações da *forma* no quadro santo. De surpresa, destruíram o Reduto, matando os que não conseguiram fugir nem se entregar.

Após cair a última cidade santa da Guerra do Contestado, para evitar novos ajuntamentos, a Força Pública catarinense permaneceu na Região, comandada pelo Capitão Vieira da Rosa, que tratava de prender os antigos moradores dos redutos que perambulavam a esmo, desnorteados e famintos. O Capitão, informado de que os sertanejos haviam sido dispersados, “mandou os piquetes trazer aquele povo que estava extraviado pelos matos. (...) Foram reunidos grupos de miseráveis que mal podiam caminhar” (LEMOS, 1989, p.73).

Traumatizados e com medo das execuções, os sobreviventes que se entregavam, culpavam Adeodato por estarem nos redutos. O historiador Pinheiro Machado descreveu a “demonização” que ocorreu ao último líder sertanejo:

Os sertanejos que tinham o azar de encontrar pela frente os piquetes vaqueanos de Pedro Ruivo, em Canoinhas, ou Colette, em Santa Cecília do Rio Correntes, sabiam que seriam massacrados sem piedade. Estes procedimentos acentuaram o discurso de vitimização dos que se apresentavam, semelhante a uma ladainha. Afirmavam que estavam vivendo à força nos redutos, sob a ameaça violenta e onipresente de Adeodato (MACHADO, 2004, p. 326).

O número de mortos da Guerra do Contestado é estimado entre três a oito mil pessoas, com grande dificuldade de cálculos já que a grande maioria dos caboclos sequer tinham documentos, e as causas vão desde os que tombaram em combates, pela fome, pelas doenças ou pelas execuções sumárias. O número de combatentes efetivos das tropas oficiais chegou a seis mil soldados segundo Monteiro, um terço do Exército Republicano brasileiro, apoiado por aproximadamente mil vaqueanos da região e pelas Forças Públicas do Paraná e de Santa Catarina (MONTEIRO, 1974).

2 | O CAPITÃO JOÃO TEIXEIRA MATTOS DA COSTA

A participação do Exército brasileiro na Campanha do Contestado ficou registrada em diversos livros elaborados pela geração de militares da República Velha. Muitos haviam lutado contra os movimentos monarquistas do período e enfrentado o pesadelo de Canudos, o que pareceu se repetir na Região do Contestado. Dos últimos comandantes militares que atuaram no Contestado, dois se destacaram: João Teixeira Mattos da Costa e Setembrino de Carvalho.

João Teixeira Mattos da Costa nasceu em 1875 no Estado do Rio de Janeiro. Em maio de 1889, foi admitido na Escola de Aprendizes e Artilheiros. Em 1891, foi transferido para o Quinto Regimento de Artilheiros, passou pelo 16º Batalhão de Infantaria e esteve à disposição da Escola Militar na então Capital Federal (DA COSTA, 1946).

Durante a carreira militar, Mattos da Costa recebeu diversas promoções e passou por vários regimentos antes de iniciar as viagens de campanha. Em 1894, ocupou o posto de Segundo Sargento, embarcou para São Paulo (Itararé), marchando em uma coluna expedicionária para o Paraná. Passou, ainda, para Primeiro Sargento e depois Alferes. Durante este tempo, também chegou a ser preso durante 15 dias “por ter respondido de modo inconveniente ao seu comandante de companhia”. No mesmo ano, foi louvado pela lealdade, pelo patriotismo e pela alta compreensão de seus deveres militares, “durante o tempo em que fez parte do Batalhão da divisão, no intuito de sufocar a revolta contra o Governo legalmente constituído” (DA COSTA, 1946, p. 2).

Esteve no Rio Grande do Sul em 1896, no Batalhão de Infantaria, onde recebeu elogios do General Comandante do Sexto Distrito Militar em nome do Presidente da República “pelos bons serviços prestados, conservando-se observador da disciplina e do cumprimento dos seus deveres e pela irrepreensível conduta que soube manter de modo a concorrer eficazmente para o glorioso feito da pacificação do Rio Grande do Sul e sua consolidação” (DA COSTA, 1946, p. 3).

Depois de voltar para o Rio de Janeiro em 1897, empreendeu com o Exército a fastidiosa marcha e luta contra os sertanejos seguidores de Antônio Conselheiro. Após destacada participação militar no combate aos sertanejos de Canudos, “sendo louvado pela boa vontade que revelou, atividade e zelo no serviço, sendo declarado que o Batalhão jamais esquecerá a conduta distinta que teve no assalto de outubro de 1897 em Canudos” (DA COSTA, 1946, p. 5) Retornou à Capital Federal, onde, após outras proezas, foi louvado pelo General - Chefe do Estado Maior do Exército, Senhor Hermes Rodrigues da Fonseca “pela exemplar conduta, inteligência e acentuado zelo de que deu exuberantes provas durante a Administração do mesmo Senhor General e agradeceu-lhe o carinho afetuoso com que o distinguia e que o deixava inteiramente à vontade no batalhão” (*Ibid.*, p. 8).

Mattos da Costa esteve ainda à disposição do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas para servir na Comissão de Linhas Telegráficas no Mato Grosso, Acre e Amazônia: “Louvado pelo zelo, interesse, inteligência e lealdade com que se houve no comando interino da companhia, demonstrando ainda mais uma vez ser um oficial brioso e distinto” (*Ibid.*, p. 11).

Em 1914, Mattos da Costa foi promovido a posto de Capitão e iniciou a sua participação na Campanha do Contestado. No dia 06 de junho, “assumi o comando do Batalhão na Cidade de Curitiba, embarcando na mesma data com o referido corpo; desembarcando no dia 07 em Porto União da Vitória, onde aquartelou” (DA COSTA, 1946, p. 13). Começou a sua curta e interessante atuação no combate aos sertanejos da Região do Contestado.

Mattos da Costa substituiu o General Mesquita no comando das operações militares no Contestado. Mesquita, em breve atuação malograda, citou que “explorações políticas” e “explorações econômicas” são as causas da revolta dos sertanejos. Em seu relatório, depois de exonerar-se, o General Mesquita escreveu que não queria andar com forças federais “à cata de bandidos como capitão do mato do tempo da escravatura”. Culpou os governos de Santa Catarina e Paraná pela infestação de “elementos perniciosos”, pois ambos “descuram da instrução, deixando a ignorância campear livremente, chegando o fanatismo a constituir grupos” (SOARES, 1931, p. 72).

A simpatia pelos sertanejos, na condição de explorados, não era apenas do General Mesquita. Mattos da Costa também simpatizou com a visão de um movimento de sertanejos que não sabiam defender os seus direitos de outra forma e recebeu na História o mérito de procurar entender os caboclos. Paulo Pinheiro Machado relatou que, em maio de 1914, Mattos da Costa enviou emissários ao Reduto Bom Sossego para negociações no sentido de estancar o movimento rebelde. O próprio Mattos da Costa teria visitado Maria Rosa para as negociações de paz (MACHADO, 2004, p. 49).

Em junho de 1914, Mattos da Costa estava em Curitiba e fez declarações à imprensa, tentando evidenciar a exploração dos sertanejos feita pelos coronéis. A nota dizia:

Os jagunços queixam-se de que o coronel Arthur de Paula e outros chefes políticos tomaram as terras que habitavam e agora lhes impedem de recorrer às terras devolutas do Governo, por se terem apossado delas pessoas conhecidas e que têm facilidade de obter dos governos, grandes territórios nos dois Estados (PEIXOTO, 1916, p. 229-230).

Na biografia militar do Capitão, consta que ele solicitou permissão para ir até a Capital e obteve autorização do Ministro da Guerra. Sensibilizado com a luta dos sertanejos, o Comandante viajou para o Rio de Janeiro para conferenciar, para mostrar documentos ao Ministro da Guerra e para explicar o que ocorria no Contestado. A frase célebre que expressa o entendimento do Capitão, que comandou as Forças Oficiais no Contestado, entre maio e setembro de 1914, foi assim relatada por Peixoto:

A revolta do Contestado é apenas uma insurreição de sertanejos espoliados nas suas terras, nos seus direitos e na sua segurança. A questão do Contestado se desfaz com um pouco de instrução e o suficiente de justiça, como um duplo produto que ela é da violência que revolta e da ignorância que não sabe outro meio de defender o seu direito (PEIXOTO, 1916, p. 94).

Enquanto o Capitão tentava uma solução pacífica, os ânimos exaltados e a violência desenfreada faziam parte do cotidiano dos sertanejos, que revidavam os ataques sofridos em Taquaruçu e Caraguatá, atacando e incendiando estações e madeireiras da *Brazil Railway Company*.

Entre os dias 5 e 6 de setembro de 1914, um grupo de mais de duzentos sertanejos atacou e incendiou as estações ferroviárias de Calmon e São João dos Pobres, atual cidade de Matos Costa. Em Calmon, além da estação, queimaram a madeireira Lumber, que fazia parte da *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, estabelecida ao lado dos trilhos:

A grande serraria da Companhia Lumber ardeu totalmente. Os grandes empilhamentos de pinho já beneficiados, abrangendo uma área enorme, em poucas horas se transformaram em cinzeiros esparsos. Os galpões dos maquinismos, no dia imediato, eram esteios carbonizados em meios de vasta praça onde as engrenagens, contorcidas pelo calor do fogaréu, se destacavam como esqueletos dos engenhos mecânicos. Em meio de tanta ignomínia, os corpos inertes das vítimas ficaram expostos aos porcos famintos, cujos donos haviam fugido ou tombado indefesos (*Ibid.*, p. 232-233).

Em telegrama enviado ao Governo Federal, Shermann Bishop, diretor americano da *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, protestou e ameaçou cobrar os prejuízos se as Forças Federais não berrassem o avanço dos piquetes sertanejos:

Está em abandono a zona infestada pelos fanáticos, havendo falta de garantias individuais e para as propriedades. Por isso vimos perante o chefe da Nação protestar contra a retirada das forças responsabilizando a União pelos prejuízos que possamos sofrer naquela zona procurando assim salvaguardar os interesses nossos, que possam ser lesado, em consequência daquele ato, pois é sabido que as povoações estão ameaçadas por uma horda de fanáticos, conforme protesto que lavramos hoje perante os representantes da justiça federal, para a todo tempo fazermos valer os nossos direitos (SOARES, 1931, p. 91).

Na noite do dia 05 de setembro de 1914, o agente da Estação de São João telegrafou

para União da Vitória, avisando que “para as bandas de Calmon, um grande clarão se levanta ao céu, parecendo-lhe um incêndio a lavrar nos depósitos da *Lumber Company*” (VINHAS DE QUEIROZ, 1981, p.170).

Por outro lado, os caboclos também protestavam, não com telegramas, mas com bilhetes deixados nos locais onde passavam, com rastros de destruição. A União também tinha responsabilidades, por ter espoliado os “filhos brasileiros” das terras e atacado quando estes sonhavam com a convivência fraterna nas cidades santas. Quando o grande piquete comandado por Francisco Alonso de Souza ocupou a Estação de São João, ficou na porta de uma venda, escrito à lápis, a seguinte inscrição, transcrita por Peixoto:

Nós estava em Taquaruçu tratando da nossa devoção e não matava nem roubava, o Hermes mandou suas forças covardemente nos bombardear onde mataram mulheres e crianças portanto o causante de tudo isto é o bandido do Hermes e portanto nós queremos a lei de Deus que é a monarquia. O governo da República toca os Filhos Brasileiros dos terrenos que pertence à nação e vende para o estrangeiro, nós agora estemo disposto a fazer prevalecer os nossos direitos (PEIXOTO, 1916, p. 74).

Mais tarde, no dia 29 de setembro, os sertanejos atacaram a grande serraria da *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, de Três Barras, porém lá foram repelidos pelo grupo particular de segurança da própria companhia.

Responsabilizado em guarnecer Canoinhas, União da Vitória e a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, Mattos da Costa manteve a sede do 16º Batalhão em Vila Nova do Timbó. Em 06 de setembro, o Capitão, comandando 60 homens, chegou em União da Vitória, pois as notícias eram alarmantes e davam conta de que as instalações da estrada de ferro, das casas comerciais e da serraria da *Lumber* de Calmon foram queimadas e houve grande número de pessoas assassinadas.

Mattos da Costa, comandando 60 praças, partiu de trem, rumo ao epicentro dos acontecimentos. Na Estação de Nova Galícia, foi alertado do perigo e solicitou o desembarque de parte da tropa que seguiu pela via férrea, enquanto o trem acompanhou na retaguarda, em marcha lenta. “De repente saem do mato os fanáticos, aos magotes. Trava-se tiroteio. O trem recua, a toda velocidade, e só vai parar em Porto União, deixando sozinho Mattos da Costa e seus soldados” (VINHAS DE QUEIROZ, 1981, p. 193). Os soldados que conseguiram escapar da refrega só chegaram em Porto União, famintos e maltrapilhos, dias mais tarde. Os demais tombaram no local, da mesma forma que o Capitão que procurou compreender as causas da revolta dos sertanejos.

Na biografia militar de João Teixeira Mattos da Costa, está registrado que, no dia 06 de setembro, o Capitão seguiu comandando uma força com 63 praças e 3 inferiores, a fim de fazer um reconhecimento na Linha do Sul. No dia 08, foi mandado considerar extraviado. Era o fim do Capitão que tentou pacificar o Contestado. No dia 13 de setembro, o Tenente Benedito de Assis Corrêa registrou a sua exclusão, expressando-se com as seguintes palavras: “É com profundo pesar que dou conhecimento a forma do meu comando, que excluo o estado efetivo do Batalhão, o denodado Sr. João Teixeira Mattos Costa, morto

heroicamente no reconhecimento que efetuou no lugar denominado São João” (DA COSTA, 1946, p. 13).

Em Porto União da Vitória, no comando das forças em operações de guerra, foi aberto um inquérito policial militar que apurou as circunstâncias do recuo do trem em que o Major João Teixeira Mattos da Costa marchava, comandando o 16º Batalhão de Infantaria, investigando se o procedimento foi delituoso por ter ficado aquele saudoso oficial sem munição e sem meios para se retirar.

O principal depoimento é do Tenente Doutor Sylla Teixeira da Silva, médico do batalhão, que tomou parte no combate e que testemunhou todos os acontecimentos. Contou que aproximadamente 8 km antes da Estação São João, um civil, de nome Generoso Xavier, avisou que havia aproximadamente 400 inimigos bem armados e bem próximos; mesmo assim, a ordem foi continuar até a Estação. Chegando próximo a este lugar, o trem parou antes de uma valeta e o Capitão desembarcou com aproximadamente 40 homens e deu ordem para o trem seguir em marcha lenta. Quando a tropa estava há aproximadamente 100 m de distância, caminhando pelos trilhos, na frente do trem, os inimigos irromperam com forte fuzilaria pelos flancos, onde estavam escondidos nos matos e, de frente, entrincheirados na referida valeta.

O pessoal da máquina foi alvejado e o mestre de linha foi ferido, o que fez com que o trem fosse recuado às pressas e o ferido atendido pelo Dr. Sylla longe da pontaria do inimigo. O trem avançou novamente porque sabiam que o Capitão e os homens, que haviam desembarcado, tinham munição apenas para 50 tiros. Ao tentar municia-los, os Cabos Nunes e Mandri não conseguiram sequer se afastar 10 metros do trem, devido à cerrada fuzilaria. O trem recuou sem ordem, vindo parar há aproximadamente 6 km da emboscada.

O depoente, Dr. Sylla, afirmou ter-se dirigido ao chefe do trem que, “visivelmente embriagado”, retrucou, recusando-se a cumprir a ordem de voltar para auxiliar os companheiros. Tendo-se dirigido até a máquina, de revólver erguido, o maquinista respondeu que tinha um homem ferido na máquina e um cilindro furado à bala, e ele e o foguista estavam com medo: “Neste momento, novamente do mato do flanco direito, rompeu forte fuzilaria contra o último carro”. O próprio depoente afirma que foi obrigado a se juntar à Força que guarnecia o trem para revidar o ataque. Neste momento, o trem recuou sem parar, trabalhando a contra-vapor e fugindo em alta velocidade, só parando na Estação de Nova Galícia (Depoimento de Dr. Sylla).

Como a máquina estava perfurada e logo ficaria sem se locomover e a munição estaria diminuta, voltou para Porto União da Vitória, “onde um oficial combatente poderia tomar melhor alvitre e que fez parte da expedição do dia seguinte para recolher os extraviados e seis feridos, os quais tratou mesmo no campo (...). Recolheu soldados mortos, sempre na esperança de ser útil ao seu chefe e amigo Capitão Mattos Costa” (Depoimento de Dr. Sylla).

Um segundo depoente, de nome Fernando Graemel, ajudante permanente da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, concorda com o Dr. Sylla, afirmando que as

circunstâncias da desobediência do maquinista, além do mestre de linha e do foguista, ocorreram porque o tubo injetor estava furado e era urgente chegar até uma caixa d'água para reabastecer: “A máquina, bastante avariada, corria perigo de cair na mão dos fanáticos”. Na retirada, declarou que carregaram muitos moradores que fugiam desesperados: “Homens, mulheres e crianças com bagagem, que estavam na linha pedindo salvação” (Depoimento de Fernando Graemel). Outro depoente afirmou que “se o chefe do trem não recuasse, o desastre seria completo, porque a máquina, a munição e o armamento da guarda da mesma teriam ficado em poder dos bandidos, além do sacrifício de toda a guarda e pessoal do trem” (Depoimento de João Mandri da Silva).

Outro depoente, que esteve no grupo que deixou o trem junto com o Capitão, afirmou que, diante do recuo do trem, foram atacados à arma branca. Deste modo, não era possível mais resistir. O Comandante “batia-se com muita bravura” e teria dito: “agora cada um trate de si” e dirigiram-se ao mato sem dar as costas ao inimigo. Na retirada, foi ferido e conseguiu “milagrosamente escapar” (Depoimento de João Hugo de Oliveira).

Na conclusão do Inquérito, o relator, diante dos depoimentos, afirmou que não houve intenção criminosa da parte do chefe do trem: maquinista e foguista agiram “dominados pelo medo”. Além disso, o Comandante, “o pranteado Major Mattos Costa, se portou com bravura estóica, de modo diferente do que afirmam vários jornais, que não trepidavam em macular a memória do desventurado Comandante da expedição” (José Luiz Pereira de Vasconcellos – oficial encarregado que concluiu o Inquérito Policial Militar e encaminhou ao Sr. Coronel Dr. Eduardo Arthur Sócrates, Comandante Geral).

A morte de Mattos da Costa e os ataques às estações e à madeireira da *Brazil Railway Company* foram afrontas ao Governo brasileiro e ao capital internacional impossíveis de se tolerar. O Governo Federal, na intenção de acabar de vez com a Rebelião do Contestado, nomeou como comandante o General Fernando Setembrino de Carvalho.

3 | O GENERAL SETEMBRINO DE CARVALHO

Quando o General Setembrino de Carvalho, veterano na guerra de Canudos, assumiu o comando das operações de guerra, a situação estava fora do controle das autoridades. O movimento alastrou-se tanto que a área conflagrada abrangia mais de 20.000 km, em todas as direções da vasta Região do Contestado. Das cidades santas, partiam piquetes, que eram grupos de sertanejos armados, para “arrebanhar” alimentos, armas e até pessoas para fazerem parte dos redutos. Não foram poupadas fazendas, casas de comércio e vilas. Os homens que resistiram eram mortos e as casas incendiadas. Os moradores da região, que não fossem para os redutos, ou não fugissem em tempo, poderiam pagar com a vida.

A gravidade da situação era visível pela debandada geral de pessoas que, deixando propriedades e moradias, seguiam para cidades distantes da Região do Contestado. Em São João, local de uma estação ferroviária, a família Carneiro, que lá havia se estabelecido por concessão de terras feitas pelo governo do Paraná, enterrou os pertences que não

conseguiram carregar e partiram para União da Vitória e depois para Ponta Grossa. O diretor da Companhia *Lumber*, Shermann Bishop, pediu ao Governo brasileiro “garantias individuais e para as propriedades” (SOARES, 1931, p. 91).

Nos relatos de um militar, uma tentativa de descrição da situação, aponta para as causas da revolta dos sertanejos:

A politicagem, o banditismo, a rapinagem costumeira, um falado regionalismo, a questão dos limites e uma desequilibrada aspiração restauradora das antigas instituições, embutida na cabeça de alguns matutos, ao final, surgiram quase a um só tempo, abruptamente e, ocultos nas avançadas do fanatismo que infelizmente ainda lá existe, avassalaram a immensidade do campo (PEIXOTO, 1916, p. 66).

Embora comandantes e oficiais do Exército brasileiro, em Campanha na Região do Contestado, destacassem continuamente as causas políticas (questão de limites entre Santa Catarina e Paraná) e, principalmente, o fanatismo e a ignorância dos “incautos” moradores da Região, a questão econômica está presente em vários escritos, como o texto que segue, em que o direito da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande de “desapropriação de quinze quilômetros de terras devolutas para cada lado da margem” e, ato contínuo, a colonização com o desalojamento dos sertanejos provocaram a rebeldia destes.

Os sertanejos tentavam desmobilizar o incipiente processo de colonização iniciado na Região através dos ataques e da rebeldia. Um exemplo disso foi o ataque aos colonos que a *Southern Brazil Lumber & Colonization Company* instalou na Colônia do Rio das Antas.

Um relato importante sobre a atuação e sobre início das atividades colonizadoras da *Southern Brazil Lumber & Colonization Company* vem de um relatório militar. O autor aponta claramente o incipiente processo de espoliação a que foram submetidos os sertanejos:

O direito das desapropriações emana de uma lei, portanto, não se pode contestar. Mas pode-se afirmar e alguns chefes de colonização agiram imprudentemente na execução dessas disposições. O encarregado da colônia de Rio das Antas teve proceder incorrecto na ocupação daquelles terrenos por parte da ‘Colonisation Company’. Ali foram summariamente expoliados de suas propriedades muitos sertanejos que há longos annos eram posseiros das devolutas terras, nas margens do Rio do Peixe. Uma tal concessão influiu no espírito sertanejo e muito mais o extravagante modo de executá-la, a ponto dos jagunços fazerem disso alarde para levantarem novos adeptos à revolução (Ibid., p. 296-297).

A palavra *espoliação* é usada mais de uma vez no relato, quando o referido autor prossegue apontando o contexto do início das atividades colonizadoras e o impacto na população local. Afirma que “houve certamente, assim, a espoliação de muita gente pacífica que vendo-se, de um momento para outro, privada dos bens e de modestas lavouras, preferiu hostilizar o progresso que lhes foi levar a miséria”. Neste sentido, a chegada do progresso, como pano de fundo de todos os discursos oficiais de justificativa

para a implantação do capital internacional na Região, representava o desenvolvimento prometido; todavia, na prática, o referido progresso gerou desapropriações e os moradores revoltados preferiam “tornar-se inimigos do governo que sancionava o acto, expedindo depois fôrças do Exército para combate-la”. Assim, culpar os revoltados sob o rótulo de “fanáticos” significava desconsiderar as circunstâncias daquele momento histórico em que o referido autor aponta, inclusive, o desemprego dos ferroviários, como elemento complicador da situação, desta maneira descrito pelo militar:

Era, pois, mais outra sorte de gente que estava em armas sob a denominação de fanáticos. E, às armas foram também, como meio fácil de viver naquellas paragens, muitos trabalhadores da mesma estrada que se viram inesperadamente despedidos na longínqua região, ao ser concluído o ramal da linha de São Francisco (PEIXOTO, 1916, p. 297).

Atento ao que se passava na Região, Setembrino de Carvalho, que substituiu o Capitão Mattos da Costa, em 11 de setembro de 1914, ainda no mesmo mês, no dia 26, publicou um apelo aos habitantes da zona conflagrada, prometendo terra aos que se entregassem:

Fazendo um apello aos habitantes da zona conflagrada, que se acham em companhia dos fanáticos, eu os convido a que se retirem, mesmo armados, para os pontos onde houver fôrças, a cujos commandantes devem apresentar-se.

Ahi lhes são garantidos meios de subsistência, até que o Governo lhes dê terras, das quaes se passarão títulos de propriedade.

A contar, porém, desta data em diante, os que o não fizerem espontaneamente, e forem encontrados nos limites da acção da tropa, serão considerados inimigos e assim tratados com todos os rigores das leis da guerra.

Quartel General das Forças em Operações, 26 de setembro de 1914 – General Setembrino de Carvalho (CARVALHO, 1950, p. 147).

Com o apelo, o General deixava claro que estava em sintonia com o desenrolar dos acontecimentos e reconhecia que os patrícios, “habitantes da zona conflagrada”, foram espoliados e o acesso à terra poderia significar o impedimento do derramamento de sangue.

Mais tarde, o próprio General considerou a Campanha do Contestado como um “drama sangrento” ou “peleja fratricida” que constituem páginas dolorosas da História pátria, cujos crimes dos sertanejos eram apenas a “inconsciência e ignorância em que se encontravam a par da indiferença com que sempre foram olhados pelos governantes” (CARVALHO, 1950, p. 747).

Ainda aquella vasta serrania das araucárias, onde as lavouras são poucas, mas as criações são extraordinárias e a indústria do pinho e do matte são inexgotáveis, continuará soffrendo os influxos da desordem, debaixo da duplicidade de pretensas administrações, agachadas ao indifferentismo pelo bem da zona e sob as mesmas condições de descaso pela instrução de suas populações (*Ibid.*, p. 752).

Os “influxos da desordem” foram percebidos pelo General que, mesmo após o apelo prometendo terras aos sertanejos como tentativa de pacificação, durante a sua atuação como comandante das operações de guerra da Campanha do Contestado, enfrentou o ataque dos sertanejos aos colonos recém-estabelecidos em Rio das Antas.

Vinhas de Queiroz descreveu o ataque dos sertanejos à colônia de Rio das Antas, pertencente à *Lumber*, denominando o episódio de Combate de Rio das Antas. Ocorreu no dia 02 de novembro de 1914 e foi comandado por Francisco Alonso e por um piquete de aproximadamente 35 homens:

Os jagunços logo mataram quatro colonos que encontraram pelos arredores. Alertados, os outros se recolheram para dentro de duas cercas concêntricas de arame farpado que haviam levantado, entrincheiraram-se em suas casas, tomaram das carabinas, tanto os homens quanto as mulheres, e revidaram ao fogo (VINHAS DE QUEIROZ, 1981, p. 203).

O referido autor apontou a morte de nove caboclos e sete colonos. Após o combate, os corpos dos atacantes foram amontoados e queimados: “Todavia, alarmados com a própria façanha e temendo uma represália, os colonos venderam por qualquer preço às praças os seus pertences e resolveram mudar-se para o Estado de São Paulo” (*Ibid.*, p. 204). Tal episódio que representou, deste modo, um revés para o projeto colonizador das terras de concessão da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.

A gravidade da situação e a seqüência de episódios sangrentos fez com que o General Setembrino lançasse outro apelo em dezembro de 1914; desta vez não prometeu terras: pelo contrário, anunciou que a vitória das Forças Oficiais era apenas uma questão de tempo; solicitou, pois, a “volta ao trabalho” e clamou por patriotismo:

População. Aos meus patrícios revoltados – Estou no Contestado em meio da tropa sob o meu commando no desempenho da missão que me foi confiada pelo Governo da República, de restabelecer a ordem nesta bella porção de território pátrio. Com a alma confrangida é que assisto, nesta lueta inglória, derramar o sangue precioso de meus patrícios: soldados do nosso valoroso exercito que tombam no cumprimento do dever, obedientes aos compromissos contrahidos para com a nossa Pátria, cidadãos que, abandonando os lares, despresando o trabalho honesto e divorciando-se da civilização se internaram, errantes pelos sertões desertos, para attentar, de armas na mão, contra as autoridades legalmente constituída.

E como sempre nutri o nobre desejo e a consoladora esperança de vencer esse punhado de brasileiros sem a dolorosa preocupação de exterminá-los, adoptei a defensiva como gênero de guerra, preferindo que fossemos os atacados. Por isso mesmo, ao encetar esta campanha, convidamos os rebelados a depor as armas, espalhando este meu justo apello, em transparência com os nossos sentimentos de humanidade. Atacados, temos sido sempre victoriosos.

Desde o dia 11 de setembro que lutamos, e os nossos soldados cada vez mais se sentem encorajados para a vitória final que não tarda. Mas é preciso parar; é forçoso que se termine essa luta; que o sangue brasileiro não continue a manchar as nossas terras, onde a natureza acumulou tesouros inexgotáveis, para a grandeza da nossa pátria.

Não venho trazer-vos a morte ou o presídio pela vitória das nossas tropas, não concitamos a mais uma vez a que deponha as armas, e aceiteis as garantias que vos ofereço em nome do governo e da lei. Impõe-se, portanto, que volteis novamente ao trabalho, meio único capaz de garantir a felicidade do lar e promover a felicidade da nossa grande pátria, que, na quadra actual, tanto precisa de patriotismo dedicado dos seus filhos.

Rio Negro, 28 de Dezembro de 1914. General Fernando Setembrino de Carvalho, comandante e chefe das forças em operações” (PEIXOTO, 1916, p. 561-562).

Entre os meses de setembro de 1914 e abril de 1915, a Guerra do Contestado teve o seu período de maior derramamento de sangue. A ofensiva dos sertanejos fez-se através dos ataques às estações ferroviárias, às madeireiras da *Southern Brazil Lumber & Colonization Company* e às colônias que estavam sendo estabelecidas na Região do Contestado. Mais do que nunca, os “patrícios revoltados” ameaçavam a reputação do Exército oficial.

O movimento rebelde alcançou a maior expansão, abrangendo uma área de mais de 20.000 km², com assaltos a fazendas, a casas de comércio, a vilas e a cidades. Não existiam garantias de segurança e os moradores, que não haviam aderido às cidades santas, escondiam-se na mata, correndo risco de vida ou debandavam para os centros maiores (SETEMBRINO DE CARVALHO, 1916). Uma das profecias do monge João Maria de Jesus estava cumprida: “Haverá um tempo de muito pasto e pouco rasto”.

Além de ter sob o seu comando mais de um terço do Exército oficial, como ele próprio registrou: “Foi fixado em 8.000 homens, mais ou menos, o efetivo das tropas regulares” e ainda citou os coadjuvantes patriotas civis conhecidos como vaqueanos, (CARVALHO, 1950, p. 144), o General Setembrino experimentou, de forma pioneira na América do Sul, o uso de aeroplanos com finalidades bélicas no combate aos sertanejos.

As táticas de luta dos sertanejos, que sempre procuravam enfrentar os soldados no meio da mata e que tiravam proveito do conhecimento do ambiente e da habilidade no manejo da arma branca, deixavam o Exército em desvantagem, mesmo com a sua superioridade bélica. Os comandantes do Exército registraram que os sertanejos eram “atiradores invisíveis”, que se escondiam na floresta e não adiantava “varrer os arredores a tiros de canhão, ou tirotear a esmo, ou ordenar descargas de fuzil contra a folhagem”. A própria tática singular de mudança constante do local das cidades santas e sempre para lugares desconhecidos e de acesso muito difícil suscitou a idéia da utilização dos aeroplanos para a localização dos redutos em um primeiro momento e, posteriormente, até se cogitou no lançamento de bombas.

Foi no dia 30 de setembro de 1914 que desceram em Porto União o Tenente Ricardo

João Kirk e Ernesto Darioli, experientes pilotos, instrutores de vôo do Aero clube Brasileiro para prestarem serviços às Forças Federais contra os sertanejos. Dos quatro aeroplanos que chegaram, três puderam ser utilizados, pois um ficou inutilizado por ter queimado na viagem. “Kirk e Darioli voaram sobre Porto União e arredores, fazendo experiências nos seus aparelhos” (SILVA, 1933. p. 121).

Em 25 de fevereiro de 1915, outro aeroplano ficou inutilizável, pois o Tenente Kirk, ao aterrissar, sofreu um acidente, porém conseguiu escapar com vida. O aeroplano “Pára-Soldado” sofreu avarias e ficou “fora de combate”. Restaram os dois “Morane-Saunier” Guarany e Yguassu. Este último foi o do vôo da morte do Tenente Kirk em 1º de março de 1915.

Após o fracasso da experiência, o General Setembrino de Carvalho mandou um telegrama para o Ministro da Guerra no Rio de Janeiro, contando sobre o acidente do aeroplano Yguassu: as preocupações enquanto comandante, detalhando o vôo do dia 1º de março, a angústia na espera de informações, a chegada da notícia funesta e os “PEZAMES” pela morte do ilustre aviador. Registrado no crepúsculo do dia 01 de março de 1915, em Porto União.

O aeroplano caiu ao lado da Estrada de Palmas, aproximadamente às 14 horas e o Tenente Kirk morreu instantaneamente. Um morador das proximidades comunicou o fato para as autoridades policiais e transportou em sua carroça o aviador e os destroços do aparelho: “O carroceiro Miguel Chaikoski conduziu o corpo do Tenente Kirk para a Igreja Matriz, dali saiu no dia 03 de março de 1915, para o cemitério público, onde foi sepultado, na mesma fila em que jaziam os infelizes soldados do Capitão Mattos da Costa” (SILVA, 1933, p. 133).

Tal morte representou o custo pelo pioneirismo na utilização de aeroplanos em operações bélicas na América; este malogro levou o General Setembrino de Carvalho a relatar que, após a dolorosa notícia, foi necessário subtrair da Guerra “o concurso da aviação” (CARVALHO, 1916, p. 116).

O General Setembrino de Carvalho descreveu que o sertanejo do Contestado reproduziu a brutalidade da coragem dos caipiras dos sertões nortistas. Depois da vitória, ante as vidas preciosas de oficiais e de soldados do Exército, ceifadas na guerrilha cruenta, rendeu a seguinte homenagem “merecida aos nossos irmãos enlouquecidos das selvas”:

Cruéis na luta os infelizes irmãos das matas, eram dignos de admiração pela ousadia com que enfrentaram as tropas regulares e, ainda mais dignos de piedade pela loucura com que se defendiam excedendo a fúria dos javalis, a agilidade dos tigres e a valentia estóica do rei das feras (PEIXOTO, 1916, p. 739).

Segundo as palavras do General, na luta, os sertanejos excederam a fúria dos javalis. A fúria cabocla dos sertanejos do Contestado se diluiu nas valas comuns dos rebeldes degolados e executados, em covas sem cruz, em sepulturas anônimas, em mortos insepultos e em memórias silenciadas e traumatizadas. Os últimos remanescentes

protagonistas desta Guerra não vivem mais. Seus descendentes, convivem hoje com os descendentes dos colonos que aqui se estabeleceram, com os ex-ferroviários que aqui chegaram com a Ferrovia São Paulo-Rio Grande e com os ex-operários da *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*.

4 | ADEODATO E A RESISTÊNCIA CABOCLA

Entre outros comandantes do exército brasileiros que atuaram na Guerra do Contestado, destacamos até aqui o Capitão Mattos da Costa e o General Setembrino de Carvalho, que tiveram atuações nos momentos finais do conflito. Mudando de lado, deixando de olhar para o marcha das tropas e das estratégias do exército, vamos agora seguir os moradores dos redutos na ofensiva liderada por um comandante caboclo. Deste lado, na etapa final do conflito, esta narrativa destaca Leodato, Liodato, Joaquim ou apenas Adeodato, o último líder caboclo da Guerra na Região do Contestado.

O nome Adeodato deriva do latim a *Deo datum* e significa dado por Deus, nome que também foi dado ao filho de Santo Agostinho, filósofo da Idade Média que influenciou fortemente a História da Religião da Humanidade. Na História do Contestado, Adeodato, filho de Telêmaco (seu Teleme), influenciou fortemente o grupo de sertanejos rebelados que fincaram forte resistência ao Exército Nacional e à ordem oficial estabelecida nestas terras contestadas, e deixou marcas indelévels na memória dos protagonistas e dos descendentes de sertanejos que conheceram o líder da acepção do nome “dado por Deus”, mas também denominado “flagelo de Deus”.

As narrativas sobre Adeodato, o tropeiro e domador que só entrou para os redutos quando o movimento estava alastrado, permanecem culpando o mais sanguinário dos líderes, aquele capaz de lançar uma criança para o alto e espetá-la com uma espada, de acordo com muitos depoimentos, até mesmo de pessoas que estiveram nos redutos. A maldade atribuída a Adeodato, de certa forma, é atribuída a todos os caboclos que estiveram nos redutos, como forma de desclassificar e de mostrar que os sertanejos de “crença aberrante” viviam em ignorância absoluta, causada pelas “chagas do analfabetismo” (D’ASSUMPÇÃO, 1917).

Uma versão sobre o ingresso de Adeodato aos redutos está descrita nos autos da sua prisão na Delegacia de Polícia de Canoinhas. Ele próprio afirmou “que estava escondido nos matos de propriedade de José Pereira, próximo a Perdizes, no Município de Curitiba, por causa da perseguição dos fanáticos, quando foi preso por Domingos Crespo e conduzido para a guarda próxima da Serra, ao tempo em que havia o acampamento de Maria Rosa nos Campos do Bom Sossego”. Ainda revelou que assumiu o comando após a morte do Chiquinho Alonso no ataque à colônia de imigrantes do Rio das Antas, do qual fez parte e saiu ileso. (Auto de prisão e perguntas – Réu Adeodato, Canoinhas, 02/08/1916)

A liderança de Adeodato ocorreu durante os últimos 13 meses do conflito desde o auge da “fúria cabocla” à decadência total. O historiador Paulo Pinheiro Machado descreve a

importância de se caracterizar o contexto dos impasses e dos problemas que os sertanejos vivenciaram neste período: “Coube a Adeodato a difícil missão de lutar contra a fome, as deserções e a degeneração das práticas comunitárias nos redutos. Para seus adversários, tratava-se do ‘chefe jagunço mais cruel’, ‘assassino frio e degenerado’, responsável pelo período do ‘terror’ nos redutos do Contestado” (MACHADO, 2004).

É possível que, no momento de maior deserção, forçadas pela fome, pelas epidemias e pela violência de todo tipo contra os moradores das cidades santas, as pessoas fraquejassem e tendessem a se entregar para as autoridades. Depois de vencidos pelo cerco militar, pelos fatores recém-citados, pelos constantes ataques bélicos e pelos horrores do cotidiano funesto, os que tencionavam se entregar, primeiramente, deveriam escapar da fúria de Adeodato; mesmo assim, “os que tinham o azar de encontrar pela frente os piquetes vaqueanos de Pedro Ruivo em Canoinhas, ou Coletti, em Santa Cecília do Rio Correntes, sabiam que seriam massacrados sem piedade” (MACHADO, 2004, p. 126). Assim, este foi o modo como o tropeiro e campeador Adeodato encontrou para impor autoridade e para preservar a disciplina interna (*Ibid.*, p. 307).

A mortandade de pessoas durante o cerco do Exército ao Reduto de Santa Maria é descrito por Adeodato durante interrogatório, quando foi preso: “morreram inúmeras pessoas, homens, mulheres e crianças, por moléstia e por fome, não podendo calcular o número porque é muito grande”; além disso, indicou para conferirem no “cemitério que lá existe”. Negou as acusações de que executava friamente outros moradores das cidades santas (Auto de prisão e perguntas – Réu Adeodato, Canoinhas, 02/08/1916).

Adeodato foi responsabilizado pelo fracasso do movimento. Muitos revelaram estar neste forçados pelo líder, e culpá-lo sozinho foi a forma mais conveniente de implorar absolvição. No entanto, o próprio “flagelo”, quando foi preso, impressionou os jornalistas que, esperando o pior de todos os bandidos, viram apenas um caboclo trovador e comandante a seu modo:

Nós, que esperávamos ver nesse instante o semblante perverso e hediondo de um bandido, cujos traços fisionômicos estivessem a denotar a sua filiação entre os degenerados e os desclassificados do crime, víamos, pelo contrário, diante de nós, um mancebo em todo o vigor da juventude, de uma compleição física admirável, esbelto, fronte larga, lábios finos, o superior vestido de um buço pouco denso, cabelos negros, olhos de azeviche pequenos e brilhantes, dentes claros, perfeitos e regulares, ombros largos, estatura mediana, tez acabocada e rosto levemente alongado (*O ESTADO*, 1916).

Adeodato foi levado para Florianópolis para o interrogatório com o chefe de polícia. Admitiu a sua qualidade de Comandante e procurou justificar as mortes que lhe atribuíam, sobretudo de antigos companheiros, dizendo que “êles pretendiam fugir, contrariando assim a sua ordem, que não permitia a retirada de pessoa alguma do reduto” (VINHAS DE QUEIROZ, 1981, p. 282).

O episódio da prisão de Adeodato, segundo seu próprio depoimento, ocorreu depois da tomada da última cidade santa. O líder contou que se limitou a fugir quando foram atacados.

Ficou algum tempo “vagando pelos matos com vinte companheiros” (...). Aconselhou os companheiros a se apresentarem para as forças. Tempos depois de permanecer sozinho no mato, “cansado desta vida, resolveu não mais continuar assim, de modo que, há coisa de 15 dias se desfez de duas espadas”. Contou ainda que, além das duas espadas, vendeu também o seu revólver, “trocando as armas por moranga, milho e farinha” (Auto de prisão e perguntas – Réu Adeodato, Canoinhas, 02/08/1916).

Adeodato foi julgado e condenado à pena máxima permitida pelas leis brasileiras, isto é, 30 anos de cadeia. Um sertanejo, entrevistado por Vinhas de Queiroz, disse em seu depoimento que Adeodato, ao sair da sala do júri, depois de jogar o chapéu para o alto, disse: - “Trinta anos de cadeia, eu vou cantar!” (Depoimento de Guilherme *apud* VINHAS DE QUEIROZ, 1981, p. 282-283).

A pena deveria ser cumprida em Curitiba, porém, por questões de segurança, ele foi remetido a Lages. Em uma noite de ventania e de trovoada, Adeodato, juntamente com outros dois presos, fugiu. A fuga durou pouco: uma escolta de oito soldados da Polícia Militar, comandados por um sargento, seguiu em seu encaço rumo ao Cerrito, local onde Adeodato nasceu. Foi encontrado completamente embriagado e, sem oferecer resistência, foi recapturado.

Foi enviado para Florianópolis para cumprir o resto da pena na Penitenciária do Estado. Adeodato comportava-se normalmente, salvo as suas cantorias, as improvisações de versos e as décimas que impressionavam os carcereiros. A derradeira tentativa de fuga ocorreu sete anos após sua primeira prisão, e foi assim descrita por Euclides J. Felipe (1995, p. 200):

No dia 03 de fevereiro de 1923, durante a faxina conseguiu ludibriar a guarda. Conta-se que investiu contra a sentinela das armas e apoderou-se de um fuzil, que por sorte havia sido descarregado para limpeza. Retirava-se de costas rumo ao pátio, apontando a arma em direção ao oficial de Dia mantendo-o imobilizado, bem no momento em que ia entrando o capitão Trujilo de Melo. Este, alvejando-o, prostou-o com dois tiros de revólver. Conduzido ao quarto da enfermaria, veio a falecer alguns minutos após. Assim encerrou-se a história da Campanha do Contestado com a morte do ÚLTIMO JAGUNÇO.

No ano de 1923 a Região do Contestado já estava recebendo milhares de colonos migrantes, advindos principalmente do Rio Grande do Sul, restava ao caboclo sobrevivente da guerra se adaptar e conviver em terras que agora precisavam serem pagas para o seu uso e nem precisa escrever da completa inexistência de recursos para este fim, basta conferir uma troca de telegramas entre o General Setembrino e o então governador catarinense nos momentos finais da guerra. O Comandante do exército solicitava instruções de onde assentar os “ex-fanáticos” que se renderam ou que viraram prisioneiros e a resposta da autoridade máxima do Estado foi categórica, afirmando que a Inspetoria Federal de Povoamento do Solo, ligado ao Ministério da Agricultura, descartava esta possibilidade, pois as colônias existentes estavam organizadas para a recepção de imigrantes europeus (MACHADO, 2004, p. 234).

Quando a fúria cabocla foi completamente controlada, com os líderes presos e com grande número de sobreviventes das “cidades santas” se entregando, a justificativa para tentar escapar da prisão e mesmo da execução sumária, era o discurso da “demonização”, como afirmou Pinheiro Machado. Entre dezembro de 1915 e janeiro de 1916, de 4.000 a 6.000 sertanejos se entregaram em Canoinhas e Curitiba. “Depois de longo período de fome e todos os tipos de privação, muitos morriam pelos caminhos. O discurso às autoridades era quase único: todos estavam vivendo nos redutos por ordem dele e por temor ao chefe, Adeodato” (MACHADO, 2004, p. 321), justificando que estiveram nos redutos forçados e reprimidos pelo líder. Tal demonização, principalmente por parte da imprensa diária, contribuiu para formar a imagem do sertanejo como o grande vilão dos fatos, desconsiderando-se a conjuntura vivenciada anteriormente e também durante o tempo dos redutos. A imagem do grande mal que era e representava o sertanejo pode ser sintetizada nas atribuições que eram feitas ao líder, produtos da sociedade daquele tempo, condenados e execrados pela mesma sociedade. E essa imagem foi interiorizada pelo homem do Contestado.

Um relato interessante registrado nos autos da prisão de Adeodato em Canoinhas afirma que as ordens que dava aos demais eram a pedido “de um velho, cujo nome ignorava, mas do qual tinha um retrato”. O retrato acompanhou o processo de Adeodato e, pelas descrições, tratava-se de uma foto de João Maria. Tudo o que Adeodato fez ou mandou fazer era por “ordem” de João Maria, desde sair nos piquetes arrebanhando, revidar aos ataques das forças, matar Aleixo Gonçalves, matar a mulher “de nome Maria, filha de Matheus Colaço, que morava na barra do Butiá Verde”. (Auto de prisão e perguntas – Réu Adeodato, Canoinhas, 02/08/1916). Enquanto os seus liderados culpavam Adeodato por estarem nos redutos, o último líder atribuiu o seu comando às “ordens” do velho João Maria.

No jornal *O Imparcial* de Canoinhas, Santa Catarina, edição de 06 de agosto de 1916, circulou a seguinte notícia: “O demônio está encarcerado; é ele mesmo em carne e osso”. Adeodato estava preso e nunca mais foi solto, o último comandante sertanejo foi o personagem representado como resumo da maldade do caboclo. A cristalização desta imagem se fez de forma tão consistente, que até hoje a memória deste último líder suscita relatos de sofrimentos e de tristezas no crepúsculo do movimento. No fundo, o que se disse de Adeodato também é atribuído a todos os que estiveram nas cidades santas.

Basta conferir nos primeiros relatos da “Campanha do Contestado” e a intenção de eliminar o elemento pernicioso que perturbava a ordem, o assassino, o fanático, o jagunço, o incauto, o desordeiro, e outros adjetivos para desclassificar o caboclo e justificar a morte de milhares de brasileiros pobres que viviam dos pequenos roçados de subsistência em condições peculiares na floresta ombrófila mista da Região do Contestado.

Uma versão distinta, sobre Adeodato e sobre os sertanejos que se rebelaram no Contestado vem de um combatente dos caboclos. No documentário *Contestado: a guerra desconhecida*, um soldado, que havia participado da Campanha como franco-atirador, ao ser entrevistado, revelou que por muito tempo nem sequer comentava sobre o episódio,

pois tinha ficado traumatizado. A insistência na pergunta, sobre o que o traumatizou, revelou o seguinte depoimento:

Quem nós estávamos matando lá era um lavrador, uma pessoa boa, falta de escola, um caboclo do sertão. Eram todos irmãos, acreditavam que morriam e ressuscitavam... Colocavam aí pra governar esses CORONÉIS que só queriam saber de dinheiro e grandeza e deixavam de cuidar das pessoas. Eu fiquei com ódio, carreguei isso comigo por muito tempo (Depoimento Benjamin Scoz *apud* Documentário Contestado: A Guerra Desconhecida).

Ao lembrar do conflito, a memória do ex-soldado reporta-se ao trauma dos que participaram da Guerra, mesmo considerados vencedores e tendo a seu favor ideias e relatos de que estavam com a verdade. Logo, se mesmo os que venceram, ficaram traumatizados é possível imaginar o outro lado envolvido nesta Guerra. Para muitos sobreviventes caboclos restou um silêncio absoluto, nunca mais sequer falaram sobre as experiências do “tempo dos redute”. Neste sentido, assimilar silenciosamente o trauma foi a resposta também dos seus descendentes, resignados com o sofrimento e a falta daquilo que já apontaram os comandantes oficiais do exército ainda no tempo da Guerra. Hoje, ao buscar o IDH dos municípios que fazem parte dos antigos palcos desta guerra, as cenas ainda apontam um silêncio intrigante para a maioria dos descendentes dos caboclos que lutaram na Guerra do Contestado. A seca da taquara já não assusta, mas as condições de vida e o sofrimento da população não fazem parte apenas do tempo passado da guerra.

REFERÊNCIAS

Arquivo Histórico Municipal de Canoinhas (AHMC), Canoinhas, Santa Catarina. **Auto de prisão e perguntas**. Delegacia de Polícia de Canoinhas. Réu Deodato Manoel de Ramos. 02/08/1916.

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC). **Relatórios Mensais da Southern Brazil Lumber & Colonization Company, de 1916 até 1941 (35 Volumes)**.

Associação Cultural Pe. Tomás Pieters, Matos Costa, Santa Catarina. **Inquérito Policial Militar da morte de João Teixeira Mattos da Costa**. União da Vitória, PR, 28/09/1914.

BERNARDET, Jean Claude. **Guerra Camponesa no Contestado**. São Paulo: Global, 1979.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **João Maria: interpretação da Campanha do Contestado**. São Paulo: Nacional, 1960.

CARVALHO, Fernando Setembrino de. **A pacificação do Contestado**. Rio de Janeiro: 1916.

_____. **Memórias** - dados para a História do Brasil. Rio de Janeiro, 1950.

_____. **Relatório apresentado ao General de Divisão José Caetano de Faria, Ministro da Guerra - 1915**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1916.

CERQUEIRA, Alves. **A Jornada de Taquarussu**. Rio de Janeiro: Nova Edição, 1936.

DA COSTA, Fernando Lopes. Biografia de Ofício do Capitão João Teixeira Mattos da Costa, Inf. 2199. **Arquivo do Exército**, Rio de Janeiro, 18/10/1946.

D'ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira. **A Campanha do Contestado**. v. 1, Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1917.

_____. **A Campanha do Contestado**. v. 2, Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1918.

Documentário **CONTESTADO: a Guerra desconhecida**. Roteiro/direção: Enio Staub. Prod. Executivo: Sergio A. Rubim. Florianópolis-SC: UFSC, 1984. 1 fita de vídeo (54min), VHS, son., color.

FELIPPE, Euclides José. **O último jagunço**. Curitiba: Universidade do Contestado, 1995.

Jornal **O ESTADO DO PARANÁ**. Biblioteca Pública do Estado do Paraná, Curitiba

Jornal **O CONTESTADO**. Biblioteca Pública do Estado do Paraná, Caçador, SC. Ano V. n. 11, dezembro 1996.

Jornal **O IMPARCIAL**. Biblioteca Pública do Estado do Paraná, Canoinhas SC, 1916.

Jornal **O ESTADO**. Biblioteca Pública do Estado do Paraná, Florianópolis SC, 1916.

LEMOS, Alfredo de Oliveira; LEMOS, Zélia A. **A História dos Fanáticos em Santa Catarina e parte da minha vida naqueles tempos: 1913-1916**. Passo Fundo: Gráfica e Editora Pe. Berthier, 1989.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

MARTINS, Celso. **O mato do tigre e o campo do gato – José Fabrício das Neves e o Combate do Irani**. Florianópolis: Insular, 2007.

MONTEIRO, Douglas Teixeira. **Os errantes do Novo Século**. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado, Caçador, Santa Catarina. **Telegrama do General Setembrino de Carvalho para o Ministro da Guerra no Rio de Janeiro, comunicando a queda do aeroplano e a morte do aviador Tenente Ricardo Kirk**. Porto União, SC, 01/03/1915.

PEIXOTO, Demerval. **Campanha do Contestado - episódios e impressões**. Rio de Janeiro: 1916.

SCHULLER, Donaldo. **Império caboclo**. Porto Alegre: Movimento, 1994.

SETEMBRINO DE CARVALHO, Fernando. **Relatório apresentado ao General de Divisão José Caetano de Faria, Ministro da Guerra - 1915**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1916.

SILVA, Cleto da. **Apontamento históricos de União da Vitória (1768-1933)**. Curitiba: Max Roesner e Filhos Ltda, 1933.

SOARES, J. O. Pinto. **Guerra em sertões brasileiros: do fanatismo à solução do secular litígio entre o Paraná e Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Papelaria Velho, 1931.

VALENTINI, Delmir José. **Da cidade santa à corte celeste: Memórias de Sertanejos e a Guerra do Contestado**. 4. ed. Chapecó SC: Argos, 2016.

_____. **Memórias da *Lumber* e da Guerra do Contestado**. Porto Alegre/Chapecó. Letra & Vida/ UFFS, 2015.

VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. **Messianismo e conflito social** (a Guerra Sertaneja do Contestado: 1912-1916). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 